SUMÁRIO

- 193 — A Revelação Divina (DEI VERBUM) — FREI
CLÁUDIO VAN BALEN, O.CARM.
- 204 — Decreto Sobre as Igrejas Orientais Católicas
- 211 — Mensagens do Concílio Ecumênico ao Mundo
- 220 — A Religiosa de Hoje na América Latina —
IRMÃ CLARA
- 228 — Declaração Sobre a Educação Cristã
- 240 — CRB-Infoma
- 250 — Notas Sobre o Nordeste Brasileiro — PE. GODO-
FREDO DEELEN, SS.CC.

Documentos Conciliares

A REVELAÇÃO DIVINA

Frei Cláudio van Balen, O.Carm.

Tôda vida cristã se inicia, progride e se consuma a partir da Revelação. Se não tivéssemos a Revelação, nossas relações com Deus seriam inteiramente diversas. A história de Robinson Crusoe, antes e depois do encontro com Sexta-Feira, é elucidativa sob este aspecto.

Pelos vestígios só se conhece algo. O algo só se torna alguém pelo diálogo. O Deus, conhecido apagadamente pelos sinais na obra da criação, se dignou estabelecer um diálogo pessoal com os homens... Mas, como ouvir esta palavra de Deus, para lhe respondermos.

É sobre isso que o Autor, Professor e Diretor do Curso Pastoral da CRB, em São Paulo, nos esclarece no presente artigo.

A REDAÇÃO

Entre os documentos do Concílio Vaticano II merece, sem dúvida, um lugar de destaque o documento sobre a Revelação Divina: *DEI VERBUM*.

O esquema sobre a divina Revelação começou a ser estudado desde a primeira Sessão do Concílio, a saber, desde o dia 14 até o dia 20 de novembro de 1962. O título original do esquema era *De Fontibus Revelationis* (Fontes da Revelação). Ele tinha sido elaborado segundo a linha tradicionalista, razão por que foi acerbamente criticado por grande número de padres conciliares, que acusaram o texto de "excessivamente escolástico, agressivo, pessimista, nada pastoral, nada ecumênico, alheio ao mundo moderno e às novas aquisições da exegese e da teologia, manifestamente fa-

vorável a certa escola teológica, sobretudo com relação à teoria das "duas fontes", inexata nos conceitos da inspiração, da revelação e da tradição, sem passar do conteúdo de qualquer bom manual e como que procedendo apenas do pavor contra o erro" (cf. Kloppen burg. *Conc. Vatic. II*, IV, p. 94).

Resultado : na votação o texto foi rejeitado por 1 368 padres e aceito por 822. Assim resultou o primeiro e o maior impasse no Concílio, mas que foi felizmente resolvido pelo Papa João, que mandou reelaborar o texto.

O novo texto foi discutido na 3.^a Sessão, do dia 1 ao dia 6 de outubro de 1964. Na última Sessão foi reapresentado com as emendas e discutido para ser definitivamente aprovado, no dia 18 de novembro de 1965.

O esquema, ou melhor, esta Constituição dogmática sobre a Revelação Divina consta de seis capítulos, tratando respectivamente de : *Revelação, Transmissão da Revelação, Inspiração e Interpretação da S. Escritura, Antigo Testamento, e, finalmente, A.S. Escritura na Vida da Igreja.*

Nestas páginas não pretendemos tratar de todos estes capítulos. Contentar-nos-emos em focalizar alguns aspectos ou valores centrais deste precioso documento, procurando ver, sobretudo, as implicações pastorais e o seu valor religioso para a vida espiritual.

I — REVELAÇÃO : O falar de Deus

Maravilha de condescendência ! Deus rompeu o silêncio. Não se conteve na sua intracomunicação trinitária. Saiu de seu mistério para se dirigir ao homem descobrindo-lhe os segredos de sua vida pessoal e estabelecendo com ele uma Aliança em vista de uma participação ou comunhão de vida (cf. nn. 13 e 14).

Deus, o Deus vivo *falou* à humanidade. Este é o fato imenso que domina os dois Testamentos. E este *falar* de Deus se nos apresenta no início como que longinquo, confuso, intermitente, como uma série de sons desligados, sendo mesmo difícil perceber-lhe a continuidade, a unidade harmoniosa, o sentido profundo. Mas o diálogo de Deus se prolonga, se aprofunda, se vai esclarecendo até que o *falar* de Deus nos é dirigido através da pessoa de Cristo, o Verbo do Pai, em quem a palavra de Deus se torna clara e distinta apresentando-se como *palavra de vida, evangelho da graça, boa nova, mensagem de salvação.*

A Revelação é a manifestação do desígnio de salvação de Deus, é a automanifestação de Deus numa confiança de amor. Intervenção totalmente livre de Deus na história humana, intervenção esta que é concebida sob a forma de um encontro de Deus com o homem : ou seja, de Deus que age e fala e do homem que reage e escuta e responde. Deus interpela e o homem responde pela fé e obediência.

Pois bem, o fato e o conteúdo desta comunicação chamamos Revelação.

É este o pano de fundo da Constituição *DEI VERBUM*. Seu grande mérito é, não digo de abandonar, mas de aperfeiçoar o conceito *intellectualista* da Revelação. Do que vimos de afirmar se percebe claramente que na Revelação não se trata em primeiro lugar nem somente de uma *comunicação de verdades*, mas de uma aproximação efetiva de Deus em direção aos homens, não se trata primariamente de uma *palavra*, mas de uma *realidade*, realidade de redenção e salvação.

Cristo, o Deus na forma encarnada do diálogo, é a realização plena dessa aproximação de Deus. E se São João o chama Verbo, não é só porque Ele é a Revelação do amor de Deus por nós. Dêle não só podemos *ouvir* o que Deus pretende com relação ao homem, mas podemos também e principalmente *vê-lo*.

O esquema primitivo estava nitidamente inspirado por aquela idéia da Revelação própria aos nossos catecismos, desde o tempo de São Pedro Canisio. A saber, uma *Revelação-doutrina*. O texto definitivo, porém, apresenta felizmente uma visão mais perfeita, isto é, uma visão bíblica da Revelação, ou seja, o *falar de Deus* é situado dentro do dinamismo da *história da salvação*.

E conseqüentemente, a fé é vista nesta mesma perspectiva bíblica, isto é, como resposta ao agir salvífico de Deus na história, e o homem responde, pela fé, entrando em comunhão de vida com Deus.

Antes do Concílio — podemos dizer — a Revelação era vista como doutrina cristã, ou como conjunto de verdades que excedem a inteligência humana e criada.

A fé era aquela virtude, que nos tornava aptos a crer firmemente em tudo que Deus tinha revelado e nos mandava crer pela Igreja.

Havia assim o grave perigo de reduzir o Cristianismo a uma ideologia e de conceber a Revelação como complexo de verdades abstratas ou de proposições cristãs. A teologia, de fato, usava a Bíblia como arsenal de argumentos e provas, que davam aos postulados teológicos um fundamento sólido. Como se a Escritura fôsse um manual que contém verdades assim como um manual de matemática contém as frases de Pitágoras, ou como se as verdades reveladas tivessem um valor em si mesmas e das quais o homem poderia dispor.

E os nossos Catecismos... Ninguém pode negar que se tinham tornado um resumo, uma miniatura das verdades da fé, refletiam um caráter exageradamente teórico e filosófico, brilhando pelo abstracionismo.

Depois do Concílio — graça a este precioso documento — somos levados a constatar e obrigados a ensinar que a Revelação é uma manifestação interpelativa do Deus vivo, que revela sua benevolência para com

o homem, o segredo de sua vontade salvífica, exigindo e esperando do homem que entre neste desígnio de salvação e se aproxime de Deus.

Agora a fé não é só, nem primariamente, um assentimento da inteligência a verdades transcendentais, mas uma entrega livre e total a Deus. É aquela graça pela qual o homem se abre e se sujeita à ação salvadora de Deus, aplicando-se em penetrar e viver este mistério de salvação.

Com outras palavras, a fé é correlativa à Revelação. Ou seja, a fé cristã é a graça da Revelação, na medida em que esta é aceita pessoalmente pelo homem e por ele anuída, apropriada e vivida.

Tudo isso nos esclarece por que o complexo da Revelação não é mais expresso com o antigo termo de "doutrina cristã", mas com a expressão bíblica e patristica: "economia cristã de salvação", que é identificada com a nova aliança escatológica (n.º 4).

Interessante notar que no prólogo desta Constituição não se encontra mais o célebre texto aos Hebreus, 1, 1, que facilmente podia ser entendido no sentido de *comunicações orais*. Ele foi substituído por aquele de São João, 1, 1, 2-3: "O que temos ouvido, o que temos visto com os nossos olhos, o que temos contemplado e as nossas mãos têm apalrado do Verbo da Vida, isto também vos anunciamos."

Neste documento conciliar se vê a autocomunicação de Deus como um *acontecimento* de profunda e incomparável intimidade: o Invisível revela a abundância de seu amor aos homens, dirige-se a eles como a seus amigos, vive entre eles, convida-os e os assume em comunhão de vida consigo (n.º 2).

O que Ele nos comunica neste *diálogo*, nesta convivência, não é mais expresso como um "conjunto de verdades que excedem a nossa inteligência", mas simplesmente se diz: Deus se revela a si mesmo, o segredo ou o mistério de Sua vontade salvífica.

Disto não podemos concluir que unicamente importante é *que se creia*, nem se pode reduzir a acessório ou a algo de sem importância *o que se crê*. Sem dúvida, a maior heresia é o abstracionismo. Na Igreja, a leitura bíblica, a instrução catequética não visam simplesmente enriquecer a mente humana de ensinamentos, mas *suscitar a fé*. Isto não significa que a Revelação não possui um aspecto doutrinal. É, pois, igualmente verdade que a nossa fé é internamente ligada, isto é, implica assentimento da inteligência a verdades certas e determinadas. Mas nunca é bastante insistir que seria deturpar radicalmente o Cristianismo caso se arrancassem essas verdades do seu contexto histórico, por exemplo, transmiti-las de tal modo sem se ficar sabendo o lugar, o tempo, a situação histórica, enfim, as circunstâncias concretas em que foram reveladas.

O *falar de Deus* se realizou através de fatos e palavras: trata-se de uma revelação de realidades, de acontecimentos, de uma história, cujo sentido interno é esclarecido pela *palavra* (profética, cf. n.º 2). O Cristianismo, e sobretudo a Escritura, não se reduz a uma coleção de verda-

des; no entanto, ela também é uma doutrina e quem a proclama é um mestre (cf. *Rom* 16, 17; *At.* 2, 42; *II Tess.* 2, 16; *Efes.* 4, 21; etc.). Mas isto ela o é só em segundo lugar, enquanto é uma comunicação *doutrinal* de realidades e acontecimentos de salvação.

Existe, por conseguinte, o aspecto de *conhecimento* ou doutrinal, existe a *verdade revelada*, mas não simplesmente a fim de nos instruir sobre verdades por outra via inacessíveis. Seria mesmo caricaturizar o Cristianismo reduzindo as suas verdades a proposições temporais e estáticas.

Enfim, a Constituição mostra que essa verdade revelada recebe sua plena luz e sentido integral no homem Jesus Cristo, em quem Deus se fez conhecer e amar por nós e em quem o homem é também revelado a si mesmo (cf. n.º 2).

Aspecto Cristológico — A proclamação dos acontecimentos da salvação culmina em Jesus Cristo, o Filho de Deus encarnado. Ao acentuar isto a Constituição autentica o valor e sentido da palavra da S. Escritura: esta palavra é essencialmente proclamação de Jesus Cristo.

Aqui, então, temos outro mérito da Constituição. Além de superar a visão puramente conceitualista, ela também acentua o aspecto *cristocêntrico* da Revelação, que assim internamente tende à revelação final escatológica.

A conclusão da Revelação já não é mais simplesmente afirmada, mas indicada na sua razão mais profunda: Cristo é o realizador, o consumador da Revelação: Ele se efetuou a redenção de uma vez para sempre.

Isto significa: na maneira em que o Homem-Jesus se relaciona a Deus e se aproxima dos homens nos é revelado *quem* é Deus e *como* nós, homens, devemos aproximar-nos de Deus e dos homens, nossos irmãos.

Por isto Deus pronunciou sobre a humanidade a Sua última palavra em Jesus Cristo e nós não temos mais de esperar uma Revelação nova.

Desta maneira, Cristo não é só mediador, mas também plenitude ou totalidade de toda a Revelação. E esta Revelação conhece assim "fases de salvação", como diz o documento (cf. n.º 3). Isto é, ela é uma evolução histórica de um grandioso acontecimento de salvação.

Este acontecimento salvífico se iniciou, de alguma maneira, na própria criação, em que Deus começou a dar testemunho de si. E a Revelação, por sua vez, em virtude do pecado, passou a apontar para a redenção futura.

Toda a pré-história da salvação culminou na vocação de Abraão, em que Deus criou um grande povo, Seu povo, que Ele, por Moisés e os profetas, conduziu ao reconhecimento do Deus vivo e, em última análise, ao Messias. Desta maneira, o Evangelho cristão foi preparado durante séculos. Assim a dinâmica da história da salvação foi concluída no aparecimento histórico de um homem: o próprio Filho de Deus. Íntimo de Deus, Ele no-lo revelou de um modo que nos pode interessar, uma vez que o fez enquanto enviado como *homem aos homens*.

Esta visão abre uma enorme e bela perspectiva : para saber quem é Deus, o que Ele pretende de nós e da história humana, devemos, nós cristãos, dirigir nosso altar — como que participando — para tôda a história salvífica de Israel, como esta culmina na aparição do Homem-Jesus, o Filho de Deus, oriundo do seio do próprio Israel, personificado na filha do Sião, a Virgem Maria. “Quem O vê, vê o Pai” (n. 4).

II — Revelação — Bíblia — Tradição

O *falar de Deus*, que é a Revelação, se realizou plenamente em Cristo e por Ele. Cristo, porém, o fez não só com palavras, mas por todos os mistérios de Sua vida : pelo que fez, pelo modo de viver, pela Sua pregação. Na morte e ressurreição de Jesus, em que se fundamenta a missão do Espírito Santo, se completou a revelação de Deus. A vida do Filho de Deus na semelhança da carne humana, sua vida, morte e ressurreição, sua subida ao céu e a conseqüente comunicação dos dons do Espírito Santo sobre a sua Igreja : eis o Evangelho de Salvação.

Desta Revelação de Deus, deste Evangelho de Salvação ou Boa Nova, os Apóstolos foram testemunhas oculares e auriculares. E sob o impulso e a direção do Espírito Santo, eles deram testemunho de Cristo, por meio da palavra, mas também fazendo o que Ele lhes mandara : batizar, celebrar a Eucaristia, impor as mãos para comunicar o Espírito etc. E este testemunho dos Apóstolos encontrou — sob moção de vontade divina — uma expressão escrita nos livros do Nôvo Testamento.

Por incumbência de Jesus, os Apóstolos tiveram de custodiar, anunciar e comunicar a Boa Nova. Por isto, juntamente com o anúncio do Evangelho eles transmitiram os dons divinos.

Como, pois, a Revelação não é só uma revelação de palavras, mas um aparecimento de Deus e da salvação em realidades terrestres e históricas — sobretudo, na história humana de Cristo — assim o transmitir da Boa Nova não consista, para os Apóstolos, só em uma *pregação*, mas também uma *comunicação* das realidades salvíficas — *dona divina comunicantes* — a. s. pelos sacramentos e pelo seu testemunho de vida cristã. E este custodiar, transmitir, comunicar e viver da Revelação ou do Evangelho de Cristo, é que se chama Tradição Apostólica.

Ora, os Apóstolos — concretamente falando, a Igreja primitiva — nos legaram também livros sagrados, em que eles sob inspiração do Espírito Santo escreveram a mensagem evangélica.

O Nôvo Testamento, portanto, pertence ao que os Apóstolos nos legaram : a revelação cristã : ou seja, a tradição apostólica. Estes livros sagrados são como que a fixação da pregação apostólica e da vida da Igreja primitiva.

Desta maneira se compreende que esta Escritura pertence aos elementos constitutivos da Igreja.

A tradição (apostólica) e a Escritura são como que o espelho, em que a Igreja contempla a face do Deus revelante. Razão por que a Escritura é de caráter *normativa* para a Igreja dos tempos posteriores; para a sua pregação e a sua prática ou vivência religiosa.

Chegamos, portanto, a esta conclusão: a pregação apostólica é expressa de *modo especial* nos livros sagrados (cf. n.º 8). Razão por que a Bíblia deve ocupar um lugar de destaque na Igreja, ou seja, um lugar nos seus fundamentos. Ela é a fixação da Tradição apostólica, mas isto não significa que esta passou de palavra viva a ser letra morta. A Bíblia é fruto e expressão daquela Tradição. Por isto mesmo não é uma realidade isolada ou independente, o que explica por que os fiéis devem ler a Bíblia na Igreja e com a Igreja.

Acima vimos que a Revelação, dentro da história da salvação, é essencialmente *dinâmica*. Isto mostra ter consequência para a idéia de Tradição. A Tradição apostólica é a expressão e vivência de toda a vida da Igreja primitiva, a Tradição pós-apostólica é a realidade salvífica viva e atual da Igreja de hoje. O agir salvífico de Deus, portanto, se protraí na Tradição e por ela. É por esta Tradição que a Igreja reconhece quais os livros pertencentes à Escritura e por ela chega a um conhecimento mais profundo da mesma, ou seja, atualiza continuamente a Escritura.

Por Tradição, portanto, se entende como que o entender, e o evoluir, sob a atuação do Espírito Santo, do testemunho primitivo, como que registrado na Escritura. A Tradição é também essencialmente viva e dinâmica. Por ela a Igreja não só conserva e transmite a Revelação ou a Boa Nova, mas é conduzida, graças ao Espírito Santo e à guia dos Sucessores dos Apóstolos, para um entendimento sempre mais profundo e para um desabrochamento sempre mais pleno do testemunho apostólico.

Por causa deste caráter dinâmico da Tradição, a Escritura, enquanto fixação por escrito da mesma, não se limita a ser uma simples transcrição dos fatos e das palavras de Jesus.

É que pela Tradição essas palavras de Jesus são ouvidas na situação histórica de uma Igreja apostólica em movimento. É assim a Palavra de Jesus proclamada a um dado momento, torna-se cada vez Palavra viva e presente do Senhor. Na Tradição, a Palavra de Jesus sofre, portanto, variações condicionadas pela situação concreta dos ouvintes; nela está Palavra é guardada, mas não é protegida com a piedade de um arquivista nem repetida à maneira de sentenças de um rabino afamado.

Poder-se-ia dizer que a Tradição não repete nem transmite simplesmente a Palavra do Cristo de outrora, mas ela é sua Palavra hoje. Razão também por que pela Escritura, lida na luz da Tradição, Deus fala continuamente à Igreja. Por isto a Constituição diz que quando se anuncia ao mundo a Boa Nova, o Espírito Santo introduz sempre mais profundamente a palavra de Cristo nos corações dos fiéis (cf. n.º 8).

A Bíblia, portanto, não é um livro morto, mas uma atualidade viva na Tradição da Igreja.

III — A Bíblia na vida da Igreja

Por causa da nossa mentalidade contra-reformista tínhamos dificuldade em considerar a Bíblia como fonte de salvação, como meio de santificação na Igreja. No entanto, a Igreja considera a Bíblia como o *Corpo do Senhor*, porque ela recebe o pão de vida, que é Cristo, não só na Eucaristia, mas também da Palavra de Deus que se encontra na Bíblia (cf. também *Imitação de Cristo*, IV, 11, 3).

Palavra e sacramento são essenciais para a vida da Igreja. Por isto a Constituição diz que toda a pregação da Igreja como a própria vida cristã devem ser alimentadas pela S. Escritura. Nela, pois, Deus se dirige a seus filhos na Sua solicitude e amor de Pai. É sobretudo na Bíblia que se desdobra ante nossos olhos o grandioso plano de Deus, que Ele vai realizando através dos séculos, desde a chamada de Abraão até aos nossos dias, e na Igreja, até ao fim do mundo. A Bíblia faz ver que a Revelação não se limita a uma exposição árida de verdades abstratas, mas é essencialmente o lidar solícito de Deus com os homens, em cuja história Ele se insere e a quem se dirige para os assumir na Sua própria vida divina. O contato freqüente com a Bíblia fará compreender que a graça e a salvação são algo de muito concreto e de atual; algo que Deus iniciou na história do *passado* e continua a realizar no *presente* para concluí-lo, definitivamente, no *futuro* com a volta de Cristo.

O contato com a Bíblia fará ver que todas as *verdades* cristãs surgiram como que naturalmente através da *ação* de Deus em favor de Seu povo; fará ver como todas estas verdades estão conexas entre si e tecidas como que em torno de um núcleo central, que as valoriza; fará ver que elas formaram o povo eleito, influenciando na sua história e que devem hoje igualmente influir na vida da Igreja e na de cada um de seus membros.

Uma autêntica leitura da Bíblia nos tornará consciente do agir salvífico de Deus em toda a sua profundidade e alcance; como um todo grandioso e único, sempre saindo do Pai, concentrado em Cristo, ancorado na história do mundo e orientado para a consumação na *parusia*, sempre totalmente relacionado a nós e exigindo a nossa total entrega e engajamento.

“Na palavra do Deus — diz a Constituição — há um tão grande poder e eficácia que isto é para a Igreja verdadeiramente base e fonte da sua força vital, e para os filhos da Igreja firmeza na fé, alimento da alma e fonte da vida espiritual” (n.º 21). Assim sendo, o documento conciliar insiste que todos os fiéis possam ler a Bíblia (n.º 22), o que requer que se dê impulso ao trabalho dos exegetas (n.º 23), que se fundamente

a doutrina teológica na Bíblia (n.º 24) : "O estudo dos sagrados livros seja como a alma da sagrada teologia" (n.º 21).

E, finalmente, todo o ministério da palavra, as pregações mastorais, a catequese e todo o ensino cristão, sobretudo a homilia litúrgica, devem ser orientados segundo a Bíblia. Isto é, respirar uma *visão* e transmitir o *conteúdo* da Bíblia. As Padres Conciliares querem ver a Bíblia vivida como um valor fundamentalmente religioso. Por isto insistem novamente na leitura da Bíblia (n.º 25).

Isto vale em primeiro lugar para os catequistas, diáconos, sacerdotes e bispos, os quais se devem alimentar ininterruptamente com a Bíblia, estudá-la a fundo, principalmente os textos sacros da Liturgia.

E conclui o documento : "Como uma participação freqüente na celebração eucarística da Igreja faz crescer a vida dos fiéis, assim podemos esperar um novo impulso para a vida espiritual do culto intensificado pela Palavra de Deus, que permanece para sempre" (n.º 26).

IV — A Bíblia e a Homilia

Na mentalidade do clero, até há pouco ou ainda vigente, a pregação se baseava naquela palavra de Cristo aos discípulos : "Quem vos ouve, a Mim ouve" (Lc. 10, 16). De ora em diante, porém, a pregação há de basear-se sobre estas palavras de Cristo : "Antes, bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a observam" (Lc. 11, 28). No antigo sistema se transmitia da fé, alimentava-se preponderantemente a inteligência e não se permitia bastante que Deus mesmo suscitasse o engajamento dos fiéis.

Quase só se via o conteúdo conceitual dos textos sacros e com êles se procurava confirmar a própria palavra pessoal.

Quem, por exemplo, atinava com o sentido profundo destas frases : *Evangelica lectio sit nobis salus et protectio ? Per evangelica dicta deleantur nostra delicta ?*... No entanto, Cristo atua eficientemente na Palavra que é lida, anunciada, para comemorar o Mistério da Salvação (veja, por exemplo, I Tes. 2, 13 e *Sacrum Conc.* n.º 7).

É tempo de começarmos a tratar dos fiéis como *adultos* que, a partir da sua fé, devem aprender a tomar decisões, em consciência, quanto a sua vida profissional, familiar e matrimonial. Devem ser libertados dessa mentalidade legalista, que reduz a vida religiosa a uma docilidade comodista e malsã, segundo comportamentos ditados.

Ao preparar e fazer uma homilia é preciso lembrar-se de que os ouvintes devem ser introduzidos neste diálogo, de oferta e resposta, com Deus. Pregação *atual* significa, então, anunciar a mensagem de salvação aos homens de hoje, de tal modo que êles, com sua *problemática*, sejam dispostos para a ação salvífica de Deus. Pelo anúncio da palavra devem suscitar-se nêles disposições que farão eficiente o encontro dêles com Cristo na ação litúrgica como também na dura realidade de sua vida.

Sem dúvida, a *palavra* tem por objeto atos realizados (*acta*), mas Deus quer que êstes se tornem *agenda*. Deus, pois, é fiel a Si mesmo, se Êle antigamente concluiu uma Aliança, é que Êle a quer renovar, atuar agora, no presente.

Não se trata, por conseguinte, simplesmente de apresentar o conteúdo da fé ou pregar *sobre* a fé, mas, sim, de *suscitar* a fé. Não interessa tanto que os fiéis saiam da Missa dominical *mais instruídos* sobre a religião, mas que êles estejam como que tesos como um arco, a fim de reiniciar a sua vida cotidiana em engajamento para com Deus e o próximo, numa atitude de confiança na Providência e de criatividade cristã, em todos os sentidos. Não se trata, unicamente, de dar um *curso* sobre a Aliança nos seus aspectos históricos passados, a não ser que isto sirva para fazer entender aos ouvintes o apêlo hodierno de Deus.

O que interessa não é o arqueologismo ou o biblismo, mas, sim, o esforço de traduzir a antiga oferta da salvação dentro da nova situação salvífica. Cada homem, cada nova época deve ser libertada, consolada, orientada e salva de acordo a sua situação peculiar.

É preciso, para tanto, anunciar a Palavra de tal modo que se possibilite a Deus efetuar nos ouvintes o mesmo que o evangelista tinha em mira.

Se o Deus vivo da salvação está sempre atrás de sua palavra para realizá-la nos corações dos homens, o pregador, então, tem o direito e o dever de procurar e de encontrar na vida dos seus ouvintes a situação, à qual esta mensagem quer responder. Mesmo segundo o testemunho dos fiéis, a homilia será autênticamente atual quando o ouvinte sente que foi feito um apêlo a êle, quando êle se sente exortado, acusado, encorajado, consolado, orientado, esclarecido ou levado à ação de graças.

Concluindo, um bom homilista fará com que seus ouvintes tomem atitudes. Melhor, usa todos os meios da Escritura para que Deus induza os ouvintes ao engajamento e entrem com Êle em diálogo.

Nota : Quanto a um esclarecimento ulterior sobre a relação entre Tradição e Escritura, o texto conciliar permanece propositadamente vago (cf. n.º 9), porque não compete ao Concílio eliminar uma discussão teológica. Fala-se unicamente da íntima relação entre ambas, como se fôsem vasos comunicantes. Pelo que, porém, acabamos de expor preferimos aderir à opinião de que não se deve falar de duas fontes da Revelação : Tradição e Escritura. Trata-se de uma só realidade : a Revelação, o Evangelho, a Mensagem de Salvação de Cristo. Este Evangelho, com tudo que implica fé, liturgia, ritos sacramentais, vida da Igreja apostólica, nos é transmitido e pela Tradição e pela Escritura. Ambas têm o mesmo conteúdo, o qual conservam e transmitem de maneiras distintas. Trata-se de *uma* só realidade com dois aspectos distintos, mas inseparáveis. A Es-

critura só pode ser bem entendida na Igreja, mas esta se deve *normar* pela Escritura, reconhecendo-a como a palavra de Deus a que deve obediência. A Escritura, como Palavra de Deus, não tem uma norma acima de si, mas ela se transforma pela Tradição viva da Igreja de letra morta em palavra de vida. Enfim, note-se que aqui temos outro grande mérito desta Constituição: um valor ecumênico há muito tempo esperado. A Igreja e o seu magistério são *normados* pela Escritura, se bem que o magistério da Igreja tenha o carisma de julgar nossas interpretações da Escritura segundo o Espírito de Deus. A Igreja primitiva com seus livros *inspirados* é o fundamento da Igreja de todos os tempos. Eis por que a Bíblia, mantida viva e atualizada na Igreja, é novamente reconhecida como o alimento básico, o assunto principal da vida cristã sob todos os seus aspectos.

LIVRO SOBRE A ESCASSEZ DE CLERO NA AMÉRICA LATINA

Apareceu um estudo sobre o problema da escassez do clero na América Latina. Seu autor é o anterior Secretário-Geral do Colégio para a América Latina da Universidade de Lovaina, Verner Promper.

A obra, publicada em alemão, se intitula *Priesternot in Lateinamerika* e apresenta uma síntese do problema sacerdotal da América Latina em todos os seus aspectos de maneira científica. O autor estudou as publicações aparecidas sobre o tema nos diversos países da América e da Europa, e trabalhou em contato com bispos, padres e leigos de quase tôdas as regiões latino-americanas.

Aborda o livro a situação atual, em geral e nos diversos países, do clero diocesano e religioso, do clero autóctone e estrangeiro, dos seminários e das vocações. Trata da evolução histórica (desenvolvimento da Hierarquia, situação na época colonial e durante o século XIX) e estuda as causas históricas e sociais da escassez de padres.

Expõe as conseqüências e os perigos que resultam da carência de clero e os remédios empregados desde o tempo da emancipação, e inclui a história das nunciaturas com tôdas as gestões da Santa Sé. Põe em relêvo os esforços da Igreja na América Latina estimulados pelas iniciativas do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) e finalmente a mobilização geral dos episcopados europeu e norte-americano em favor da Igreja da América Latina. Em capítulo final analisa a situação desta Igreja no conjunto da Igreja universal.

Acolhido favoravelmente, o livro se assinala como obra fundamental no estudo do problema.

Decreto Sôbre as Igrejas Orientais Católicas

PAULO BISPO, Servo dos Servos de Deus,
juntamente com os Padres Conciliares, para
perpétua memória do acontecimento: **De-
creto sôbre as Igrejas Orientais Católicas.**

PROÊMIO

1. A IGREJA CATÓLICA estima as instituições, os ritos litúrgicos, as tradições eclesiásticas e a disciplina cristã das Igrejas Orientais. Pois preclaras em razão da antiguidade veneranda, nelas reluz aquela tradição que vem desde os Apóstolos através dos Padres. Ela constitui parte do patrimônio divinamente revelado e indiviso da Igreja universal. Por isso, no exercício de sua solicitude pelas Igrejas Orientais, que são vivas testemunhas desta tradição, êste Santo e Ecumênico Sínodo deseja que elas floresçam e realizem com nôvo vigor apostólico a missão que lhes foi confiada; e resolveu estatuir alguns pontos, além daquilo que diz respeito à Igreja universal, remetendo o restante à providência dos Sínodos orientais e da Sé Apostólica.

As Igrejas particulares ou os ritos

2. A santa Igreja católica, Corpo Místico de Cristo, consta de fiéis que se unem orgânicamente no Espírito Santo pela mesma fé, pelos mesmos sacramentos e pelo mesmo regime. Coligando-se em vários grupos unidos pela hierarquia, constituem as Igrejas particulares ou os Ritos. Entre elas vigora admirável comunhão, de tal forma que a variedade na Igreja, longe de prejudicar-lhe a unidade, antes a manifesta. Pois esta é a intenção da Igreja católica: que permaneçam salvas e íntegras as tradições de cada Igreja particular ou Rito. E ela mesma quer igualmente adaptar seu modo de vida às várias necessidades dos tempos e lugares.

3. Tais Igrejas particulares, tanto do Oriente como do Ocidente, embora difiram parcialmente entre si pelo que chamam de Ritos, isto é, pela liturgia, a disciplina eclesiástica e o patrimônio espiritual, são todavia de igual modo confiadas ao govêrno pastoral do Pontífice Romano, que por determinação divina succede ao Bem-aventurado Pedro no primado sô-

bre a Igreja universal. Por isso elas gozam de dignidade igual, de modo que nenhuma delas preceda as outras em razão do rito; fruem dos mesmos direitos e se atêm às mesmas obrigações, também a de pregar o Evangelho em todo o mundo (cf. *Mc* 16,15), sob a direção do Pontífice Romano.

4. Proveja-se, portanto, no mundo inteiro, à tutela e ao incremento de tôdas as Igrejas particulares. E onde fôr necessário para o bem espiritual dos fiéis, constituam-se paróquias e hierarquia própria. Mas os Hierarcas das várias Igrejas particulares com jurisdição no mesmo território cuidem mediante encontros periódicos favorecer a unidade da ação; e com as fôrças unidas ajudem as obras comuns, a fim de promover mais desimpedidamente o bem da religião e proteger mais eficazmente a disciplina do clero. Todos os clérigos e os que vão ascendendo às ordens sacras sejam bem instruídos acêrca dos Ritos e principalmente das normas práticas nas matérias inter-rituais; e até mesmo aos leigos, na instrução catequética, se ensine acêrca dos Ritos e suas normas. Enfim todos e cada um dos católicos, bem como os batizados de qualquer Igreja ou Comunidade acatólica que ingressarem na plenitude da comunhão católica, retenham em tôda parte o próprio Rito, cultivem-no e o observem na medida do possível. Fica todavia salvo o direito de recorrer nos casos peculiares das pessoas, comunidades ou regiões à Sé Apostólica; esta, na qualidade de árbitro supremo das relações intereclesiais, proverá as necessidades em espírito ecumênico, por si mesma ou através de outras autoridades, dando as oportunas normas, decretos ou rescritos.

O patrimônio espiritual das Igrejas Orientais a ser conservado.

5. A história, as tradições e muitas instituições eclesiásticas claramente atestam o quanto mereceram as Igrejas Orientais em relação à Igreja universal. Por isso o Santo Sinodo honra êste patrimônio eclesiástico e espiritual, não só com a estimação devida e com o justo louvor, mas também o considera firmemente como patrimônio da Igreja universal de Cristo. Por esta razão declara solenemente que tanto as Igrejas do Oriente como as do Ocidente possuem o direito e têm o dever de se reger segundo as próprias disciplinas peculiares, sempre que elas se recomendarem por veneranda antiguidade, forem mais cômguas aos costumes de seus fiéis e parecerem mais aptas a buscar o bem das almas.

6. Saibam e tenham por certo todos os Orientais que sempre podem e devem observar seus legítimos ritos litúrgicos e sua disciplina; e que só serão introduzidas modificações em vista do progresso próprio e orgânico. Tudo isso, pois, deve ser observado pelos próprios Orientais com a maior fidelidade. E êles devem adquirir um conhecimento cada dia maior e um uso mais perfeito dêstes elementos. E quando indevidamente os abandonarem em vista das circunstâncias de tempos ou pessoas, procurem retornar às tradições ancestrais. Os que por motivos do ofício ou do ministério apos-

tólico têm contato freqüente com as Igrejas Orientais ou seus fiéis, busquem um melhor conhecimento e respeito dos ritos, da disciplina, da doutrina, da história e da índole dos Orientais, de acôrdo com a importância do cargo que exercem (6). Recomenda-se com empenho às Ordens e Congregações de rito latino que trabalham nos países do Oriente ou entre os fiéis orientais que, para maior eficácia do apostolado e na medida do possível, constituam casas ou mesmo províncias do rito oriental.

Os patriarcas orientais

7. Desde antiqüíssimos tempos vigora na Igreja a Instituição do Patriarcado, já reconhecida pelos primeiros Sinodos Ecumênicos.

Pelo nome de Patriarca oriental entende-se o Bispo que no próprio território ou Rito tem a jurisdição sôbre todos os Bispos, não excetuados os Metropolitanos, sôbre o clero e o povo, de acôrdo com a norma do direito e salvo o primado do Romano Pontífice.

Onde quer que se constitua fora dos limites do território patriarcal um Hierarca de algum Rito, permanece êle agregado à hierarquia do Patriarcado do mesmo Rito, de acôrdo com as normas do Direito.

8. Embora posteriores uns aos outros no tempo, os Patriarcas das Igrejas Orientais são, no entanto, todos iguais em razão da dignidade patriarcal, salva a precedência de honra legitimamente estatuída entre êles.

9. Segundo a antiqüíssima tradição da Igreja, singulares honras devem ser atribuídas aos Patriarcas das Igrejas Orientais, pois que êles, como pai e chefe, presidem cada um o seu Patriarcado. Por isso, estatui êste Santo Sinodo que se restaurem os seus direitos e privilégios, de acôrdo com as antigas tradições de cada Igreja e os decretos dos Concílios Ecumênicos. Êstes direitos e privilégios são os que vigoravam ao tempo da união do Oriente e Ocidente, embora devam ser um pouco adaptados às condições hodiernas. Os Patriarcas com os seus sínodos constituem a instância suprema para todos os assuntos do Patriarcado, não excluído o direito de constituir novas Eparquias e de nomear Bispos do seu Rito dentro dos limites do território patriarcal, salvo o direito inalienável do Romano Pontífice de intervir em cada caso.

10. O que foi dito dos Patriarcas vale também, de acôrdo com as normas do Direito, para os Arcebispos Maiores, que presidem a totalidade de alguma Igreja particular ou de um Rito.

11. Sendo a Instituição Patriarcal nas Igrejas Orientais a forma tradicional do regime, o Santo Sinodo Ecumênico deseja que, onde lôr necessário, se erijam novos Patriarcados, cuja constituição é reservada ao Sinodo Ecumênico ou ao Romano Pontífice.

A disciplina dos sacramentos

12. O Santo Sinodo Ecumênico confirma, louva e, quando necessário, deseja muito que seja restaurada a antiga disciplina sacramentária vi-

gente nas Igrejas Orientais, assim como as práticas que se relacionam com sua celebração e administração.

13. Seja plenamente restaurada a disciplina referente ao ministro da S. Crisma vigente entre os Orientais desde tempos antigos. Por isso os prebíteros podem conferir êste sacramento com o Crisma bento pelo Patriarca ou pelo Bispo.

14. Todos os presbíteros orientais podem administrar êste sacramento a todos os fiéis de qualquer Rito, sem excetuar o latino, seja juntamente com o Batismo, seja separadamente, observando porém o que para sua liceidade é prescrito pelo direito comum ou particular. Também os presbíteros do Rito latino, segundo as faculdades que receberam para a administração dêste sacramento, podem administrá-lo aos fiéis das Igrejas Orientais sem prejuízo do Rito, observadas porém as prescrições de direito comum ou particular para a liceidade.

15. Os fiéis estão obrigados nos Domingos e dias de Festa a participar da Divina Liturgia, ou, segundo às prescrições ou costume do próprio rito, da celebração dos divinos louvores. E para que mais facilmente possam cumprir esta obrigação, estabelece-se que o tempo útil para o cumprimento dêste preceito decorre a partir das vésperas da vigília até o fim do Domingo ou da Festa. Com empenho recomenda-se aos fiéis que nestes dias, ou até mais freqüentemente, ou mesmo cotidianamente, recchem a Sagrada Eucaristia.

16. Devido ao cotidiano convívio dos fiéis das diversas Igrejas particulares numa mesma região ou território oriental, a faculdade dos presbíteros de qualquer Rito de ouvir confissões, concedida legitimamente e sem nenhuma restrição pelos próprios Hierarcas, estende-se a todo o território daquele que concede e também aos lugares e fiéis de qualquer rito no mesmo território, a não ser que isso seja negado pelo Hierarca do lugar com relação aos lugares de seu rito.

17. Para que a antiga disciplina do sacramento da Ordem vigore novamente nas Igrejas Orientais, deseja êste Santo Sínodo que a instituição do diaconato permanente seja restaurada onde caiu em desuso. Quanto ao subdiaconato e às ordens inferiores providencie a Autoridade legislativa de cada Igreja particular.

18. Para evitar matrimônios inválidos quando católicos e orientais casam com acatólicos orientais batizados, e para garantir a indissolubilidade e santidade dos casamentos e a paz doméstica, o Santo Sínodo estatui que a forma canônica de celebração para êstes matrimônios obriga tão-somente para a liceidade. Para a validade é suficiente a presença do ministro sacro, observando-se o que por direito deve ser observado.

O culto divino

19. Futuramente competirá unicamente ao Sínodo Ecumênico ou à Sé Apostólica constituir, transferir ou suprimir dias de festas comuns a

tôdas as Igrejas Orientais. Além da Santa Sé, todavia, compete também aos Sínodos patriarcais e arquiépiscopais constituir, transferir ou suprimir os dias de festa para as Igrejas particulares, tendo-se porém na devida consideração tôda a região e as demais Igrejas particulares.

20. Enquanto não se chegar ao desejado acôrdo entre todos os cristãos acêrca de um único dia em que seja celebrada por todos a festa da Páscoa, para favorecer a unidade entre os que vivem numa mesma região ou nação, confia-se aos Patriarcas ou às Supremas Autoridades do lugar que, por consenso unânime e trocadas as opiniões dos interessados, convenham sôbre a celebração da festa da Páscoa num mesmo Domingo.

21. Os fiéis que residem fora da região ou território do próprio Rito podem acêrca da lei dos tempos sagrados conformar-se inteiramente com a disciplina vigente no lugar onde moram. Nas famílias de rito misto é lícito observar essa lei segundo um e mesmo rito.

22. Os clérigos e religiosos orientais celebram segundo os preceitos e as tradições da própria disciplina os Louvores Divinos, que desde antiga data eram tidos em grande honra por tôdas as Igrejas Orientais. Seguindo o exemplo dos antepassados, os fiéis, na medida do possível e devotamente, participem dos Louvores Divinos.

23. Ao Patriarca com o Sínodo ou à Suprema Autoridade com o Consello dos Hiearcas de cada Igreja compete o direito de moderar o uso das línguas nas cerimônias litúrgicas, bem como, feita a relação para a Sé Apostólica, aprovar as versões dos textos em lingua vernácula.

A relação com os irmãos das Igrejas separadas

24. As Igrejas Orientais que vivem em comunhão com a Sé Apostólica de Roma compete a peculiar obrigação de favorecer, segundo os princípios do decreto *De Oecumenismo* dêsse S. Sínodo, a unidade de todos os cristãos, principalmente os orientais, pela oração sobretudo e pelo exemplo de vida, pela fidelidade religiosa para com as antigas tradições orientais, pelo melhor conhecimento mútuo, pela colaboração e estima fraterna das coisas e dos homens.

25. Dos Orientais separados que, sob o influxo da graça do Espírito Santo, se encaminham à unidade católica não se exija mais que a simples profissão da fé católica. E já que entre êles se conservou o sacerdócio válido, aos clérigos orientais que entram para a unidade católica dê-se a faculdade de exercerem a própria Ordem, segundo as normas estatuídas pela competente Autoridade.

26. A *Comunicação in sacris* que ofende a unidade da Igreja ou inclui adesão formal ao erro ou perigo de aberração na fé, de escândalo e de indiferentismo, é proibida por lei divina. Mas a praxe pastoral demonstra, com relação aos irmãos orientais, que se podem e devem considerar as várias circunstâncias das pessoas nas quais nem é lesada a unidade da Igreja, nem há perigos a serem evitados, mas urgem a necessidade de salvação e o bem espiritual das almas. Por isso a Igreja católica, consideradas

as circunstâncias de tempos, lugares e pessoas, muitas vezes tem usado e usa de modos de agir mais brandos, a todos dando os meios de salvação e o testemunho de caridade entre os cristãos através da participação nos sacramentos e em outras funções e coisas sacras. Considerado tudo isso, o Santo Sínodo, "para não sermos, devido à severidade da sentença, impedimento para aquêles que se salvam e para mais e mais favorecer a união com as Igrejas Orientais separadas de nós, estatuiu a seguinte norma de agir :

27. Postos os mencionados principios, podem ser conferidos aos Orientais que de boa-fé se acham separados da Igreja Católica, quando espontâneamente pedem e estão bem dispostos, os sacramentos da Penitência, Eucaristia e Unção dos Enfermos. Também aos católicos é permitido pedir os mesmos sacramentos aos ministros acatólicos em cuja Igreja haja sacramentos válidos, sempre que a necessidade ou a verdadeira utilidade espiritual o aconselhar e o acesso ao sacerdote católico se torne físsica ou moralmente impossível.

28. Mais, supostos êstes principios, permite-se por justa causa a participação nas funções sagradas, coisas e lugares entre católicos e irmãos separados orientais."

29. Esta norma mais mitigada de participação nas coisas sacras com os irmãos das Igrejas Orientais separadas, é confiada à vigilância e à moderação dos Hierarcas locais, de forma que, trocando entre si idéias, e, quando fôr o caso, ouvindo também os Hierarcas das Igrejas separadas, moderem com oportunos e eficazes preceitos e normas a convivência dos cristãos.

Conclusão

30. Grandemente se alegra o Santo Sínodo pela frutuosa e ativa colaboração entre as Igrejas Católicas Orientais e Ocidentais e ao mesmo tempo declara : tôdas estas disposições do direito se estatuem em função das presentes condições até que a Igreja Católica e as Igrejas Orientais separadas se encontrem na plenitude da comunhão. Por ora, contudo, todos os cristãos, Orientais e Ocidentais, são vivamente solicitados que façam fervorosas, assíduas e mesmo cotidianas orações a Deus para que, com o auxílio da Santíssima Mãe de Deus, todos sejam um. Rezem ainda que afluam a plenitude do confôrto e do consòlo do Espírito Paráclito a tantos cristãos de tôda a Igreja que, confessando estrênuamente o nome de Cristo, sofrem e se angustiam. Que nos amemos todos uns aos outros com caridade fraterna, porfiando em honrar-nos mutuamente (*Rom 12,10*).

Todo o conjunto e cada um dos pontos que foram enunciados neste Decreto agradaram aos Padres.

E Nós, pela autoridade Apostólica por Cristo a Nós confiada, juntamente com os Veneráveis Padres, no Espírito Santo os aprovamos, decretamos e estatuímos. Ainda ordenamos que o que foi assim determinado em Concílio seja promulgado para a Glória de Deus.

Roma, junto de São Pedro, no dia 21 do mês de novembro de 1964.

EU, PAULO, BISPO DA IGREJA CATÓLICA

Seguem as assinaturas dos Padres Conciliares

N. da R. — A tradução foi feita pelos Religiosos Franciscanos do Convento de Petrópolis, RJ. O presente documento é transcrito, com as devidas licenças, de Documentos Pontifícios 151, Ed. Vozes. Omitimos aqui as notas referentes ao texto, que podem ser encontradas na edição bilingüe da mesma Editora.

*

* *

MISSAL PROVISÓRIO

Como o Missal definitivo deverá demorar vários anos em sua elaboração e aprovação, o Secretariado Nacional de Liturgia da CNBB está providenciando uma versão provisória, já em parte aprovada pelo Conselho. Iniciada pelos Irmãos Paulinos, foi esta versão transferida para o dito Secretariado, que então se responsabilizou pela continuação do trabalho, a fim de que se tenda a uma uniformidade maior de textos e possa o mesmo Missal ser publicado por outras editoras. Será impresso em tamanho grande e é destinado ao celebrante e ministros.

Mensagens do Concílio Ecumênico ao Mundo

Apresentamos aos nossos leitores a coleção das "Mensagens ao mundo" que foram lidas solenemente ao fim da cerimônia do encerramento do Concílio Ecumênico Vaticano II, aos 8 de dezembro de 1965. Os textos foram introduzidos e apresentados por um breve discurso de Sua Santidade Paulo VI. Cada mensagem foi lida por um Cardeal e entregue pelo Santo Padre a representantes do grupo a que estava endereçada.

A Mensagem aos Governantes foi lida pelo Cardeal Achille Liénart, Bispo de Lille, e entregue aos Embaixadores da Bélgica, do Brasil e do Japão junto à Santa Sé, LL.EE. te Baron Poswick, Deão do Corpo Diplomático, M. Enrico de Sousa Gomes, M. Seishiro Ogawa, como também ao Ministro da Etiópia, S. E. Marcos Agajjellew e ao Representante das Nações Unidas, S. E. Pier Pasquale Spinelli.

A Mensagem aos Homens do Pensamento e da Ciência foi lida pelo Cardeal Paul-Émile Léger, Arcebispo de Montreal (Canadá), e entregue à S. E. Jacques Maritain e aos professores Jean Guilton e Stefan Swiezawski, auditores do Concílio.

A Mensagem aos Artistas foi lida pelo Cardeal Léon-Joseph Suenens, Arcebispo de Malines — Bruxelles (Bélgica), e entregue ao arquiteto Nervi, ao Mestre Malpiero e ao poeta Ungaretti.

A Mensagem às Mulheres foi lida pelo Cardeal Léon Etienne Duval, Arcebispo de Alger (Argélia), e entregue à Madame Laura Segni e às auditoras do Concílio Luz Alvarez Icaza e Marie-Louise Monnet, Presidente-fundadora do M.J.A.M.S.I.

A Mensagem aos Trabalhadores foi lida pelo Cardeal Paul Zoungrana, Arcebispo de Ouagadougou (Haute-Volta), e entregue aos auditores do Concílio Patrick Keegan, Presidente do M.M.T.C., e Auguste Konis-

tanduel, Secretário geral da C.I.S.C., e a M. Armando Cagno, dos A.C.L.I., de Milão.

A Mensagem aos Pobres e aos Doentes foi lida pelo Cardeal Paul Pierre Meouchi, Patriarca de Antióquia dos Maronitas, e entregue a M. Caetano Ponticello, da Obra de Don Guanella, a M. Primo Rieti, hospitalizado com as Pequenas Irmãs dos Pobres, e a um cego, Dr. Francesco Politi.

A Mensagem aos Jovens foi lida pelo Cardeal Gregório Pedro Agagianian, Prefeito da Sagrada Congregação da Propagação da Fé, e entregue aos auditores do Concílio, Dr. Juan Vasquez, Presidente da F.I.J.C. e Eusèbe Adjakpley, como ainda à auditora Margarida Moyano Llerena.

A REDAÇÃO

Mensagem de Paulo VI, no encerramento do Concílio

Veneráveis Irmãos.

“Sóu a hora da partida e da dispersão. Dentro de alguns instantes, deixareis a Assembléia Conciliar para ir ao encontro da Humanidade, levando-lhes boa nova do Evangelho de Cristo e da renovação de sua Igreja, fim para o qual trabalhamos juntos há quatro anos.

Momento único. Momento de uma significação e de uma riqueza incomparáveis! Nesta reunião universal, neste ponto privilegiado do tempo e do espaço se encontram, ao mesmo tempo, passado, presente e futuro. O passado, porque aqui está reunida a Igreja de Cristo, com sua tradição, sua história, seu Concílio, seus Doutôres, seus Santos... O presente, porque nós nos separamos para ir ao encontro do mundo, de hoje, com suas misérias, suas dores, seus pecados, mas também, seus prodigiosos sucessos, seus valôres, suas virtudes... O futuro, enfim, lá está no apêlo imperioso dos povos por mais justiça, na sua vontade de paz, na sua sede consciente ou inconsciente, de uma vida elevada: aquela precisamente que a Igreja de Cristo pode e deve dar-lhes.

Parece-nos ouvir elevar-se de tóda a parte no mundo um rumor imenso e confuso: a pergunta de todos aquêles que olham para o Concílio e nos interrogam com ansiedade: não tendes uma palavra para nos dizer?... a nós, os governantes?... a nós, os intelectuais, os trabalhadores, os artistas?... e a nós, as mulheres? a nós, os jovens, a nós, os doentes e os pobres?

Estas súplicas não ficarão sem resposta. É para tódas as categorias humanas que o Concílio trabalha há quatro anos. É para elas que o Con-

cílio elaborou a *Constituição sobre a Igreja no mundo de hoje* que nós promulgamos ontem entre os aplausos entusiastas da vossa Assembléia.

De nossa longa meditação sobre Cristo e sobre a Igreja deve brotar neste momento uma primeira palavra anunciadora de paz e de salvação para todas as multidões em expectativa. O Concílio, antes de se dissolver quer cumprir esta função profética e traduzir em breves mensagens e numa linguagem mais facilmente acessível a todos a Boa Nova que o Concílio tem para o mundo e que alguns de seus intérpretes mais autorizados dirigirão agora, em vosso nome, a toda a Humanidade".

(*Igreja em Foco*, p. 444, dezembro de 1965)

Aos governantes

Neste instante solene, nós, os Padres do XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, no momento de nos despedir, depois de quatro anos de oração e de trabalhos, plenamente conscientes de nossa missão perante a Humanidade, dirigimo-nos com deferência e confiança àqueles que detêm nas mãos o destino dos homens sobre a terra, a todos os depositários do poder temporal.

Proclamamos bem alto que respeitamos a vossa autoridade e soberania. Respeitamos vossa função. Reconhecemos vossas leis justas. Prezamos os que as fazem e as aplicam. Temos uma palavra sacrossanta para vos dizer, e ei-la; só Deus é grande. Só Deus é Princípio e Fim. Só Deus é a fonte da vossa autoridade e o fundamento de vossas leis.

Compete a vós ser na terra os promotores da ordem e da paz entre os homens. Mas não o esqueçais; é Deus, o Deus vivo e verdadeiro, que é Pai dos homens. É o Cristo, seu Filho eterno, que nos veio anunciar e ensinar que nós somos todos irmãos. Ele é o grande artífice da ordem e da paz sobre a terra, porque é ele que dirige a história humana e somente ele pode levar os corações a renunciar às más paixões que geram a guerra e a infelicidade. É ele que abençoa o pão da Humanidade, que santifica seus trabalhos e sofrimentos, que lhe proporciona as alegrias que vós não lhe podeis dar, e o conforto nas dores que vós não podeis consolar.

Na vossa cidade terrestre e temporal, Cristo constrói misteriosamente a Igreja, sua cidade espiritual e eterna. Que vos pede esta Igreja, depois de quase dois mil anos de vicissitudes de toda sorte nas suas relações convosco, os Poderes da Terra, que vos pede a Igreja, hoje? Ela não vos pede senão a liberdade. Liberdade de crer e de pregar a sua fé, liberdade de amar e de servir seu Deus, liberdade de viver e de levar aos homens sua

mensagem de vida. Não temais. Ela é segundo a imagem de seu Mestre, cuja ação misteriosa não avança sobre vossas prerrogativas, mas cura a Humanidade inteira da sua caducidade fatal e a transfigura, em cheio de esperança, verdade e beleza.

Deixai Cristo exercer esta ação purificadora sobre a Humanidade! Não o crucificais de novo. Isto seria um sacrilégio porque ele é Filho de Deus. Isto seria um suicídio, porque ele é Filho do Homem. E nós, seus humildes ministros, deixai-nos espalhar por toda a parte a Boa Nova do Evangelho da paz, que meditamos durante o Concílio. Vossos povos serão os primeiros beneficiados, porque a Igreja forma, para vós, cidadãos leais, amigos da paz social e do progresso.

Neste dia solene, no qual ela encerra as sessões do seu XXI Concílio Ecumênico, a Igreja vos oferece, por nossa voz a sua amizade, seus serviços, suas energias espirituais e morais. Ela vos dirige a todos sua mensagem de saudação e de bênção. Acolhei-a como a Igreja vò-la oferece, com coração alegre e sincero, levando-a a todos os povos!

Aos intelectuais

Uma saudação muito especial a vós estudiosos da verdade, a vós, homens do pensamento e da ciência, investigadores do homem do universo e da história, a vós todos, peregrinos em marcha para a luz, e também aqueles que pararem no caminho, cansados e decepcionados por pesquisas vãs.

Por que uma saudação especial para vós? Porque nós todos aqui, Bispos e Padres Conciliares, procuramos ouvir a verdade.

Nosso esforço, durante estes quatro anos, que foi ele senão uma busca mais atenta e um aprofundamento da mensagem de verdade confiada à Igreja, senão um esforço de docilidade mais perfeita ao Espírito de verdade?

Não poderíamos deixar de vos encontrar. Vosso caminho é o nosso. Vossos caminhos não são nunca estranhos aos nossos. Nós somos amigos de vossa vocação de pesquisadores, aliados de vossas fadigas, admiradores de vossas conquistas, e, quando necessário, os consoladores de vossos esmorecimentos e dos vossos fracassos.

Portanto, temos uma mensagem para vós, que é a seguinte: continuai a pesquisar, incansavelmente, sem vos desesperar nunca da verdade! Recordai-vos da palavra de um de vossos grandes amigos, Santo Agostinho: "Procuramos com o desejo de encontrar e encontraremos com o desejo de procurar ainda". Felizes aqueles que possuindo a verdade, a procuram ainda, a fim de renová-la, de aprofundá-la e de dá-la aos outros. Felizes aqueles que não a tendo encontrado, a procuram sinceramente. Que procurem, com a luz de hoje, a luz de amanhã, até à plenitude da luz!

Mas não o esqueçais: se pensar é muito importante, pensar é antes de tudo um dever. Infeliz é aquele que fecha voluntariamente os olhos

para a luz ! Pensar é também uma responsabilidade. Infelizes daqueles que obscurecem o espírito por artifícios mil que o deprimem, e envaidecem, e enganem e o deformam ! O princípio básico para os intelectuais não é aquêle de se esforçar para pensar certo ?

Por isso, sem vos perturbar, sem ofuscar os vossos olhares, nós vos oferecemos a luz de nossa lâmpada misteriosa, a fé. Ela nos foi confiada pelo Mestre soberano do pensamento, aquêle de quem somos humildes discípulos, o único que assim falou e podia falar ; "Eu sou a luz do mundo, eu sou o caminho, a verdade e a vida".

Esta palavra vos diz respeito. Graças a Deus, talvez nunca como hoje surgiu a possibilidade de um acôrdo profundo entre a verdadeira ciência e a fé verdadeira, servas, uma e outra, na única verdade. Não inpeçais êste encontro ! Tende confiança na fé, grande amiga da inteligência ! Esclarecei-vos na sua luz para descobrir a verdade, tôda a verdade ! Êste é o voto, o encorajamento e a esperança que vos exprimem os Padres do mundo inteiro, reunidos conciliarmente em Roma, antes de se separarem.

Aos trabalhadores

No decorrer dêste Concílio, nós, os Bispos católicos dos cinco continentes, refletimos em comum, entre muitos outros assuntos, sôbre as questões graves que as condições sociais e econômicas do mundo contemporâneo, a coexistência das nações, o problema armamentista, da guerra e da paz colocam sôbre a consciência da Humanidade. Estamos plenamente conscientes das repercussões que a solução dada a êstes problemas pode ter sôbre a vida concreta dos trabalhadores e das trabalhadoras do mundo inteiro. Desejamos também no fim destas deliberações dirigir a todos vós uma mensagem de confiança, paz e amizade.

Filhos caríssimos, estais antes de tudo certos de que a Igreja conhece vossos sofrimentos, lutas e esperanças. Ela valoriza muito as virtudes que enobrecem vossas almas : a coragem, a dedicação, a consciência profissional e o amor da justiça. Ela reconhece plenamente os serviços que, cada um em seu lugar e em lugares muitas vêzes obscuros e desprezados, vós prestais ao conjunto da sociedade. A Igreja vos é reconhecida e vos agradece por nossa voz.

Nestes últimos anos, Ela não cessa de ter presente no espírito os vossos problemas do mundo do trabalho, de uma complexidade sempre crescente. E o eco que encontram em vosso meio as recentes encíclicas pontificiais demonstram como a alma do trabalhador de nosso tempo se harmoniza com aquela de seus mais altos dirigentes espirituais.

Aquêle que enriqueceu o patrimônio da Igreja com estas mensagens incomparáveis, o Papa João XXIII, soube encontrar o caminho de vossos corações. Ele encontrou com clareza, em sua pessoa, todo o amor da Igreja pelos trabalhadores, assim como pela verdade, justiça, liberdade e caridade, sôbre as quais se fundamenta a paz no mundo.

Nós também queremos ser testemunhas, junto de vós trabalhadores, dêste amor da Igreja para convosco, e vos dizermos com tôda a convicção

de nossas almas. Tende confiança nela. Tristes mal-entendidos, no passado, mantiveram por muito tempo a desconfiança e a incompreensão entre nós: A Igreja e a classe operária sofreram, uma e outra, êstes mal-entendidos. Sou hoje a hora da reconciliação e a Igreja do Concílio vos convida a celebrá-la sem preconceito.

A Igreja procura sempre vos compreender melhor. Mas vós também, por vossa parte, deveis procurar compreender o que a Igreja representa para vós, trabalhadores, que sois os principais artífices das transformações prodigiosas que o mundo conhece hoje. Vós sabeis muito bem que se um poderoso sopro espiritual não as anima, elas farão a infelicidade da Humanidade, em vez de oferecer-lhe o bem-estar. Não é o ódio que salva o mundo! Não é só o pão da terra que pode saciar a fome do homem.

Portanto, acolhei a mensagem da Igreja. Acolhei a fé que ela vos oferece para iluminar o vosso caminho. É a fé do sucessor de Pedro e de dois mil anos reunidos em Concílio, é a fé de todo o povo cristão. Que ela vos ilumine! Que ela vos guie! Que ela vos faça conhecer Jesus Cristo, vosso companheiro de trabalho, e Mestre, o Salvador de toda a Humanidade.

Aos artistas

Agora, a vós todos, artistas, que vos deixais arrebatados pela beleza e trabalhais por ela: poetas, literatos, escultores, arquitetos, músicos, homens de teatro e cineastas... A Igreja do Concílio, através de nossa voz, diz a vós todos: se sois amigos da verdadeira arte, então sois nossos amigos!

Já de há muito a Igreja fez aliança convosco. Vós edificastes e decorastes os seus templos, celebrastes os seus dogmas, enriquecestes a sua liturgia. Vós a ajudastes a traduzir sua divina mensagem, através da linguagem das formas e das figuras, a tornar tangível o mundo invisível.

Hoje, como ontem, a Igreja tem necessidade de vós, e volta-se para vós. Não deixeis que se rompa uma aliança fecunda entre todos. Não recuseis colocar o vosso talento a serviço da verdade divina. Não fecheis vosso espírito ao sopro do Espírito Santo.

Este mundo no qual vivemos tem necessidade de beleza para não cair nas trevas do desespero, é o que dá alegria ao coração humano, é o fruto precioso que resiste ao tempo; une as gerações e conjuga-se na admiração. É isto, por vossas mãos...

Que essas mãos sejam puras e desinteressadas. Não vos esqueçais de que sois os guardiães da beleza no mundo: que isto seja suficiente para vos preservar de gostos efêmeros e sem valor verdadeiro, vos libertar da procura de expressões estranhas e malsãs.

Sêde sempre e por tôda a parte dignos de vosso ideal, e sereis então dignos da Igreja que, por vossa vez, vos dirige neste dia sua mensagem de amizade, de salvação, de graça e de bênçãos.

As mulheres

E agora, é a vós que nos dirigimos, mulheres de tôdas as condições, mães, esposas, mães e viúvas; e também a vós, virgens consagradas e mulheres solteiras; vós sois a metade imensa da imensa família humana.

A Igreja se orgulha, vós o sabeis muito bem, de ter engrandecido e libertado a mulher, de ter feito aparecer, através dos séculos, na diversidade dos caracteres, sua igualdade fundamental com o homem.

Mas chega a hora — e ela já chegou — em que a vocação da mulher se realiza em plenitude, a hora em que a mulher adquire na sociedade um influxo, um esplendor e um poder jamais atingidos até agora.

Eis por que, num momento, em que a Humanidade conhece uma tão profunda mudança, as mulheres imbuídas do espírito do Evangelho, tanto pedem para ajudar a Humanidade e não decepcioná-la.

Vós mulheres, vós tendes sempre, como responsabilidade, a guarda do lar, o amor das fontes, o sentido da vida doméstica. Vós estais presentes ao mistério da vida que começa. Vós consolais na hora da partida. Nossa técnica corre o risco de se tornar desumana. Reconciliai os homens com a vida. E, sobretudo, velai, nós vos suplicamos, sobre o futuro de nossa espécie. Segurai a mão do homem que, num momento de loucura, tentaria destruir a civilização humana!

Esposas, mães de família, primeiras educadoras do gênero humano, na intimidade dos lares transmiti a vossos filhos e filhas as tradições dos vossos pais e, ao mesmo tempo, preparai-os para o insondável futuro. Recordai-vos sempre que uma mãe pertence, através dos seus filhos, a esse futuro que ela talvez não terá.

E vós também, solteiras, não vos esqueçais de que podeis realizar em plenitude vossa vocação de devotamento. A sociedade vos chama de todos os lados. E mesmo as famílias não podem passar sem o socorro dos que não têm família.

E sobretudo vós, virgens consagradas, num mundo em que o egoísmo e a procura do prazer pretendem erigir-se em lei, sêde as guardiãs da pureza, de desinterêsse e da piedade.

Jesus, que deu ao amor conjugal tôda a sua plenitude, exaltou também a renúncia a esse amor humano, quando essa renúncia é feita para o amor infinito e para o amor de todos.

Mulheres em dificuldades, que permaneçais de pé sob a cruz, à semelhança de Maria, vós que, tantas vêzes na história, destes aos homens a força de lutar até o fim, de testemunhar até ao martírio, ajudai-os uma vez mais a conservar a audácia dos grandes empreendimentos ao mesmo tempo que a paciência e o sentido dos humildes começos.

Mulheres, vós que sabeis tornar doce, tornar acessível a verdade, esforçai-vos por fazer penetrar o espírito dêste Concílio nas instituições, nas escolas, nos lares, no corriqueiro dia-a-dia.

Mulheres de todo o mundo, cristãs ou não, a quem a vida está confiada neste grave momento da história, é missão vossa salvar a paz do mundo.

Aos jovens

É a vós, enfim, juventude masculina e feminina do mundo inteiro, que o Concílio quer endereçar sua última mensagem. Vós ireis receber a chama das mãos dos mais velhos e viver no mundo no momento das mais gigantescas transformações da sua história. Vós, recebendo o melhor exemplo e ensinamento de vossos pais e mestres, ireis construir a sociedade de amanhã.

Vós vos salvarcis ou perecereis com ela.

A Igreja, durante quatro anos, trabalhou para rejuvenescer o seu rosto, para corresponder melhor aos planos do Fundador, o grande Vivente, o Cristo eternamente jovem. É para vós os jovens, para vós sobretudo, que ela acende pelo seu Concílio, uma luz : luz que ilumina o futuro, o vosso futuro.

A Igreja se preocupa para que esta sociedade, que vós ireis construir, respeite a dignidade, a liberdade e os direitos das pessoas se estas pessoas são as vossas.

Ela se preocupa que esta sociedade deixe desabrochar seu tesouro sempre antigo e sempre nôvo, a fé e que vossas almas possam banhar-se livremente em suas luzes benfazejas. Ela confia que vós encontrareis tanta força e alegria de tal modo que não sereis tentados, como alguns de nossos antepassados, a ceder à sedução das filosofias do egoísmo e do prazer, ou àquelas de desespero e do nada. Perante o ateísmo, fenómeno do cansaço e senilidade, vós sabereis afirmar a vossa fé na vida e naquilo que lhe dá um sentido, isto é, a certeza de um Deus justo e bom.

Em nome dêste Deus e de seu Filho Jesus, nós vos exortamos a alargar os vossos corações segundo as dimensões do mundo, a ouvir o apêlo de vossos irmãos e a colocar corajosamente a seu serviço as vossas energias jovens. Lutai contra todo egoísmo. Recusai dar curso livre aos instintos de violência e ódio, que geram as guerras com seu cortejo de misérias. Sede generosos, puros, respeitosos e sinceros. Construí com entusiasmo um mundo melhor que aquêle de vossos antepassados !

A Igreja olha para vós com confiança e amor. Rica de um longo passado, que vive sempre nela e caminhando para a perfeição humana no tempo e para os destinos últimos da história e da vida, a Igreja é a verdadeira juventude do mundo. Ela possui aquilo que faz a força e o en-

canto dos jovens : a capacidade de se alegrar com o que começa, de se entregar sem cessar de se renovar e de sair para conquistas novas. Contemplai-a e vós descobrireis nela a face de Cristo, o verdadeiro herói, o humilde, o sábio, o profeta da verdade e do amor, o companheiro e amigo dos jovens. É em nome de Cristo que nós vos saudamos, que vos exortamos e abençoamos.

Aos pobres, aos doentes, a todos os que sofrem

O Concílio tem uma mensagem tôda especial para todos vós, irmãos provados, visitados pelo sofrimento nas suas mil faces.

Ele sente fixados nêle vossos olhares suplicantes, brilhantes de febre ou abatidos pela fadiga, olhares interrogativos, que procuram em vão o porque do sofrimento humano e que procuram ansiosamente quando ao doente virá o conforto...

Irmãos caríssimos, nós sentimos repercutir profundamente em nossos corações de pais e pastôres vossos gemidos e prantos. É nosso pesar se intensifica ao pensamento de que não está em nosso poder trazer-vos a saúde corpóral nem a diminuição de vossas dores físicas, que médicos, enfermeiras e todos os que se consagram aos doentes se esforçam do melhor modo possível, por confortar.

Mas nós temos algo mais de profundo e precioso para vos dar : a única verdade capaz de responder ao mistério do sofrimento e de vos trazer um alívio que não ilude : a fé e a união ao Homem das dores, ao Cristo, Filho de Deus, crucificado por nossos pecados e para nossa salvação.

O Cristo não supriu o sofrimento. Nem mesmo quis revelar inteiramente o seu mistério. Ele o assumiu e isto é o suficiente para que nós possamos compreender o seu valor.

A todos vós que sentis mais duramente o pêso da cruz, que sois pobres e abençoados, que chorais, que sois perseguidos por causa da justiça, vós a respeito dos quais se cala, vós os sofredores anônimos, tende coragem : vós sois os preferidos do reino de Deus, o reino da esperança, da felicidade e da vida. Vós sois os irmãos do Cristo sofredor. Vós, com êle, se quereis, podeis salvar o mundo !

Eis a sabedoria cristã do sofrimento, a única que dá a paz. Sabei que não estais sós, nem separados, nem abandonados, que não sois inúteis : vós sois aquêles a quem Cristo chamou, a sua imagem viva e transparente.

Em seu nome, o Concílio vos saúda com amor, vos agradece, vos assegura a amizade e a assistência da Igreja e vos abençoa".

A Religiosa de Hoje na América Latina

Irmã Clara

O artigo abaixo, extrahido de Nuevo Mundo, julho e agosto, pp. 34 a 39, que com autorização da Autora publicamos em nossa REVISTA, quer ser uma contribuição para uma reflexão. Uma voz que vem de longe. Sentimentos e ansiedades que talvez se possam confundir com a Voz da América Latina. Publicamos sem nada modificar nem comentar, deixando a nossos leitores possíveis comentários e pontos para meditação.

A REDAÇÃO

O mundo de hoje está travando dura batalha entre o materialismo e o cristianismo; e a América é o campo de batalha que tem de decidir o triunfo. Nesse campo, os países latino-americanos jogam um futuro de liberdade ou escravidão, que há de ser o futuro do mundo.

É inegável que a segunda metade do século XX será a primeira e única ocasião que à Igreja se oferece para conquistar 600 milhões de homens ou entregá-los ao comunismo.

Vivemos o momento solene da América Latina; somos os responsáveis por uma decisão histórica da Igreja às portas de um novo século que impõe uma mudança de estruturas, de revolução social, de crise religiosa, de predomínio de justiça...

Revisão de forças

O Concílio Vaticano II tocou o alerta! A Igreja respondeu passando em revista as suas forças combativas e defensivas. Há consciência na Igreja da América Latina de que existe um grupo de mulheres das quais

o inimigo pode dizer: "Quem se atreverá a ultrajar este povo que tais mulheres tem?" Mas... a organização e as características da vida deste exército feminino eclesial na América Latina são acaso obstáculo para esta mobilização? Se é assim impõe-se uma revisão rápida da organização e distribuição geográfica destas forças para fazê-las render o máximo na luta por uma conquista do novo Continente, já que as religiosas representam o fator de mais rápido crescimento e progresso dentro da Igreja.

Estará a distribuição atual das casas das religiosas dentro de cada país tornando possível e mais próximo o triunfo, ou estará ela embaraçando, ou pelo menos retardado, a solução que o problema demográfico nos pede? Segundo dados publicados pela FERES, domina a concentração das religiosas nos centros urbanos: E ainda que sua expansão pelas zonas rurais esteja sendo hoje um dos mais elogiados movimentos da vida religiosa feminina, é necessário considerar o problema real com retidão e sinceridade; que se alegre o Senhor com o que há de positivo, mas continuemos ainda sentados no banco dos acusados para que a Igreja e o mundo nos julguem.

Estamos convencidas de que estaremos trazendo nosso esforço à conquista eclesial só na medida em que nos adaptarmos ao momento que vivemos, e na medida de uma disponibilidade total às exigências apostólicas da Igreja?

As religiosas que povoam nossos países exercem o apostolado em diversos ramos que poderiam resumir-se em dois: educação ou ensino e serviço hospitalar e social. Das 7 820 casas, aproximadamente 3 500 se dedicam à educação da infância e juventude; 500 são casas de formação e 3 820 para serviços hospitalares e outras atividades. Cabe perguntar: é essa a distribuição que convém para travar a batalha da conquista na América Latina? Ou deverá entrar no plano de reforma a orientação destas funções, e elas mesmas?

Como obter o máximo dessa força eclesial feminina?

Não quero entrar em considerações a respeito do que até agora fizemos nem do que estamos fazendo, como *parte eleita da Igreja*, pelo mundo que se prepara para o advento de um novo século. Deixo isto para o exame de consciência, particularmente, às superiores maiores e pessoas de responsabilidade de cada congregação, mediante o diálogo íntimo suscitado por estas idéias.

Um diálogo eficiente

Não quero tampouco estender-me em analisar o que podemos e devemos fazer, como propósito de emenda e cumprimento da penitência que o mundo de nós exige. Teoricamente, tudo está dito: leiamos a ECCLSIAM SUAM.

Primeiro dialogar, nos diz Paulo VI, com o mundo em que vivemos (não com os mortos de ontem). Então, a nós, que vivemos na América

Latina, cumpre-nos dialogar com 600 milhões de latino-americanos, para poder receber da Igreja universal a absolvição de nossos pecados de omissão, de conformismo, de ignorância voluntária, de tradicionalismo egoísta.

Dialogar ! Mas sabemos dialogar, nós, as religiosas ? O diálogo sincero encontra dificuldades quando a distância física, intelectual, ou de dignidade separa os interlocutores.

O mundo de hoje não nos entende muito quando pretendemos falar à distância, de costas para ele, por entre grades, de nossas posições defensivas frente a esse mesmo mundo, posições ofensivas para ele... Na EC-CLESIAM SUAM, Paulo VI nos adverte : "Antes de converter ainda mais, para convertê-lo, o mundo necessita que nos aproximemos, cheguemos e lhe falemos." Para entabular esse diálogo, estamos em posições iguais ? Estamos preparadas, nós religiosas ? Ou se impõe uma nova formação ?

Pede-se que se restitua à religiosa uma participação mais direta e mais plena na hierarquia da Igreja. Quem a pede, e a quem ? Será que a Igreja não necessita de nós... ? E lhe deveríamos pedir um emprêgo ? Ou então será que atingiremos o fim de nossa vocação, sem que tenhamos essa participação... ? Pio XII afirmou : "A vocação religiosa é plena e totalmente apostólica."

Tenhamos coragem para reconhecer que nos faltou, senão o espírito, pelo menos a aparência da verdadeira vida evangélica. O mundo tem que nos ver e nos sentir para crer em nós.

Este reconhecimento de desajuste com o mundo em que vivemos é que está produzindo o que chamamos de *crise na Igreja, crise na vida religiosa*, palavras que assustam aos que esquecem que a crise é um estado passageiro que pode acabar em triunfo ou tragédia; depende das soluções que se dêem. É o momento de recordar, aos que se assustam com as possíveis mudanças que Jesus Cristo não veio trazer a paz, mas a guerra; e que esta guerra devemos travá-la nós na América Latina. E, desassombradamente, vou repetir, nós, o elemento feminino eclesial. Simplesmente, porque se o exército de 120 mil religiosas da América, seguindo a voz da Igreja, se lançar no campo de batalha, demonstrará possuir uma força atômica que obrigará o inimigo a exclamar : "uma só destas é capaz de dominar toda a terra", porque devemos ser todas, uma só, cumprindo ao pé da letra : "que todos sejamos um".

O campo de ação da religiosa

Em que campos vamos participar plenamente dentro da Igreja ? Tenhamos presente que estamos falando da religiosa do século XX. E essa religiosa é a mulher do século XX que Jesus Cristo tomou por esposa e a fez muito particularmente responsável pelos seus interesses divinos na grande tarefa terrestre.

Quais campos estão fechados à mulher do século XX ?... Nenhum. No campo profissional, no campo político, no campo intelectual e até na

conquista do mundo sideral a mulher se faz presente. Depende dos interesses que a animam.

Não entendo por que a religiosa deve continuar aparecendo no século XX como a única representante do mal denominado sexo frágil; não entendo por que deve continuar o exemplo de uma tradição que toce seu sentido e razão de ser em outra época, quando a mulher devia viver sob a obsessão de se guardar para não ser prêsca de quem se acreditava mais forte; não entendo as grades na clausura, etapas já superadas. Não entendo a mentalidade criada nas congregações religiosas e que se manifesta em Constituição e Regras, assim como na veste religiosa, que teve sua origem nos costumes do tempo em que nasceram. De modo algum está nisto o espírito religioso.

Mas, fizemos a pergunta-chave? Para que nasceu esta Ordem ou Congregação? A resposta será sempre em essência uma só: "para trazer soluções aos problemas eclesiais do momento". Para os fins apostólicos que a época sugeria... E se os nossos fundadores, *revolucionários em suas épocas*, vivessem hoje, colocar-se-iam na primeira fila para revolucionar o mundo adaptando a êle suas congregações. Ofendemos sua memória quando nos apoiamos nêles para defender nosso conformismo, êsse conformismo que nos adormece em certa preguiça espiritual e que às vêzes se identifica com a "fidelidade às Regras." (Sei que estou falando também a Superiores Maiores que são chamados a revisar e adaptar estas Regras, se a Igreja pedir, por fidelidade a essa mesma Igreja).

O campo da religiosa é o campo da Igreja, e o campo da Igreja, particularmente na América Latina, é constituído por êste pedaço de terra onde se garimpa o ouro, brilha a esmeralda, tem em seu berço o ferro, jorra o petróleo... e de onde nossos irmãos nos chamam com o grito da injustiça social, da fome, da miséria. Vamos permitir, nós, espôsas responsáveis pelos direitos divinos de nosso Espôso, que a América Latina desconheça o tempo em que Deus a visitava? Por que nossos costumes tradicionais, nosso modo de vida, nossa mentalidade, se convertem em muros impermeáveis à graça que deve chegar a todos?... É hora de fazer ruir êsse muro de contemplação, se realmente o momento é de emergência.

"Não é lícito curar em dia de sábado." Lei farisaica. "Quem de vós, se o seu boi ou jumento cai num poço, não o tirará ainda que seja em dia de sábado?" Lei evangélica.

Não podemos dizer aos famintos que esperem pelo amanhã...; irá procurar alimentos em outras fontes.

"O que devemos fazer está delimitado por um tempo muito curto." Portanto não podemos dar-nos ao luxo de nos sentarmos a pensar, para depois discutir, experimentar e por último agir. Obedeçamos à Igreja com prontidão.

A América espera impacientemente nossa resposta, nesta hora conciliar; não amanhã, que pode ser tarde. Em momentos de emergência, a retaguarda passa à vanguarda... Diante da emergência da Igreja por escassez de sacerdotes, nós temos que nos constituir sacerdotes pela ordem

de desejo e de ação... Como? Como o pedir a Igreja. Onde? Onde nos manda a Igreja. Ofereçamos-lhe nossas iniciativas. Nós podemos, como a Virgem Mãe, forçar a hora do Senhor no Banquete da América, enchendo os campos com a água evangelizadora que Ele converterá em vinho da graça redentora.

Em maio de 1964, Paulo VI, falando a superiores maiores de ordens e congregações religiosas, disse: "As necessidades de nossos tempos exigem que o ardor da vida religiosa ferva no mundo e incendie as almas."

Os limites de seu apostolado

Quanto aos limites do apostolado da religiosa, que dizer? Eu creio que não deve haver campo fechado para ela, se a Igreja o requer. De fato a religiosa abrange quase todos os campos; por isso o que merece estudo e decisão rápida são estas questões: está dando a religiosa na América Latina tudo o que pode dar de si no campo hospitalar e social, no campo educacional, no campo missionário, profissional etc.? Está dando a religiosa de hoje na América Latina a sensação de adaptação e entendimento com seus irmãos? É realmente influente a ação da religiosa em seu meio? Pode ou deve fazer mais? Com mais efetividade?...

É inegável que se estão fazendo esforços, mas falta muito mais por fazer e há certo medo de avançar. E por isso nossas obras nos fazem parecer, em grande escala, como propulsoras da divisão de classes.

Tanto no campo hospitalar como no campo educacional: *clínicas* para ricos, *hospitais* para indigentes, *colégios* para crianças abastadas, *escolas* para pobres...

Imensos obstáculos se opõem à igualdade social, é verdade. Mas nós temos que ser as mensageiras do programa revolucionário do Evangelho: "Igualdade, porque todos somos irmãos, filhos de um mesmo Deus Pai. — E se não o pregamos com nossas palavras e com nossa vida, estaremos dando contratestemunho de caridade. Por que não querer reconhecer que nossas obras, tais como as levamos hoje, nos fazem parecer com frequência como as servidoras dos ricos, da classe média e, em mínima escala, como as irmãs dos pobres? Nossa educação é classista, institucional. E temos que tratar de convertê-la em instrumento de penetração e de igualdade social, porque a Igreja quer que seus centros sejam igualmente acessíveis a ricos e pobres. Como? Impõe-se uma Revolução Educativa, porque nós não podemos permitir a descristianização das massas, não podemos continuar colaborando na solidificação de uma sociedade classista. É este um dos pontos mais inflamados da reforma da vida religiosa.

Setor de Educação

Poderiam ouvir-se algumas sugestões, que correm já em lábios de inconformados com nossa inadaptação :

- 1) Buscar a forma de atingir o maior número de irmãos em nossa evangelização : duplo horário ; classes noturnas etc.
- 2) Fazer de nossos colégios meio de penetração no ambiente, rompendo seus muros de instituição.
- 3) Tratar de desmaterializar nossas funções para atender com prioridade à evangelização, valendo-nos da preparação de leigos para o trabalho de índole exclusivamente material.
- 4) Tratar de formar entre nossos educandos a seleção de líderes para o apostoiado leigo e técnicos para as funções que o requeiram.
- 5) Não limitar nossa educação à infância e à juventude ; por que abandonar os adultos quando não ha quem se encarregue deles ?
- 6) Educação mista : a mulher, enquanto mãe, não está isenta de educar seus filhos homens. Por que não incumbir a religiosa na educação de homens ?
- 7) Dedicar-se a abrir obras de educação popular integral.
- 8) Atender com preferência, *aos mais pobres e aos mais necessitados.*
- 9) Se uma congregação não pode enfrentar novas obras, que trabalhem em conjunto várias congregações. Ajudar-se mutuamente ante as exigências do Estado.
- 10) Se o direito à liberdade de ensino que obriga a uma justa distribuição do plano escolar, não reconhecida pelo Estado, é um obstáculo para a gratuidade de nossos quadros e a igualdade social, que se trate de trabalhar com dinheiro do Estado, penetrando nos colégios e institutos oficiais.

É para meditar com profunda tristeza os dados que certas estatísticas dão : na Venezuela, de cada seis alunos, só um recebe educação religiosa. Portanto temos que repetir, com o Padre Cloin, que não estamos cumprindo com o "Ide e ensinai a todos os povos". As sugestões e meios de conseguir penetrar no ambiente se multiplicam quando a inquietação e inconformidade queimam o coração da alma-apóstolo.

Uma formação melhor

Naturalmente que, para isto, a religiosa precisa de uma formação quase sacerdotal. E para esta formação é preciso distinguir dois grupos : as

que já estão nos postos de vanguarda e as da retaguarda. Para as primeiras se requer uma preparação de emergência; para as últimas, uma preparação desde o noviciado que pode basear-se nos fins a alcançar :

- formação da religiosa para o mundo no qual há de viver;
- formação da liberdade para o uso desta liberdade;
- formação mais sólida, fundamentada mais no conhecimento teológico, moral e social do que no sentimentalismo;
- desenvolvimento e não morte da iniciativa pessoal;
- quanto à formação na obediência : ter em conta que a religiosa é uma mulher adulta;
- valorizar a personalidade da religiosa evitando o infantilismo e o automatismo na obediência, como também o comodismo e o conformismo que têm sua base no egoísmo;
- evitar a imposição do que manda e a aceitação passiva da súdita, sem que intervenha uma consideração bilateral das causas e consequências do que foi mandado.

Em geral, para ambos os grupos, a formação deve ser a que possa enfrentar as graves responsabilidades que a religiosa, como mulher-apóstolo, tem que trazer sobre a consciência e na base das quais deve se desenvolver.

É preciso enfrentar o momento e afastar o medo de dar os primeiros passos. Eu não vejo motivos para tanta discussão sobre se o que existe é crise de mando ou crise de obediência; entre necessidade de mais apostolado direto e heresia da ação; necessidade de encontrar-se a religiosa frente a frente com o mundo e perigos da castidade... Se os superiores romperem com o medo, prepararem seu pessoal, o classificarem de acordo com esta preparação, com o ideal específico de cada qual etc., e o lançarem no campo de batalha, que é que podem temer? Perder alguma vocação?... Não se perdem também dentro dos muros de uma clausura?

Quanto à vida espiritual, práticas de devoção, sacramentos etc. : mais respeito à liberdade de consciência. Mais solidez e menos formalismos externos. Mais adaptação ao espírito litúrgico da Igreja. Um verdadeiro aproveitamento do espírito de pobreza, castidade e obediência para solidificar nossa vida de apostolado.

Não ferir a pobreza do pobre com a pobreza que nós professamos. Simplificar nossa vida ao máximo no vestir, comodidades, certos reflexos de luxo não necessário em nossas casas. Se a temos simplificada na vida real, manifestemo-la exteriormente. Dar testemunho também de pobreza coletiva.

Tem a religiosa que ser menos *muller forte* que qualquer jovem de hoje, que vai a todos os lugares, centros de estudos superiores, arrabaldes, escritórios, mantendo a frente erguida e o seu coração puro?... A religiosa, com a graça peculiar de sua vocação e a couraça de seus votos, tem ela de continuar sendo considerada a mais frágil?

Quanto à formação social da religiosa, poderíamos nos limitar a cumprir o que nos disse João XXIII na *MATER ET MAGISTRA*: ver, julgar e agir. Que a religiosa possa e saiba utilizar os meios de comunicação e publicidade modernos: imprensa, rádio, televisão. Que receba uma formação especializada. Que se mantenha a par dos progressos da Igreja, da ciência, da técnica. Que tenha um conhecimento atualizado dos métodos pastorais. Que mantenha uma pungente insatisfação pelo desenvolver de uma vida apostólica à margem das exigências do meio. Que não se contente em gloriar-se de mais direitos, como parte escolhida da Igreja, porém de mais responsabilidades. Que tenda a ampliar sua visão com horizontes do ecumenismo.

Tenhamos em conta que a vida religiosa, na sua dupla função de testemunho e serviço, tem que estar em contínua evolução, para marchar no passo da Igreja.

Vou terminar com uma frase de Lênine: "A experiência de todos os movimentos de libertação testemunha que o êxito de uma revolução depende do grau de participação das mulheres."

PARA ESTUDO PESSOAL : AULAS DE RELIGIÃO
EM GERAL

A LITURGIA DO POVO DE DEUS

Por Dom Carlo Fiore, S.D.B.

Tradução do italiano adaptada por
Dom Hildebrando P. Martins, O.S.B.

A Constituição Litúrgica explicada ao povo, em 21 capítulos, ao fim dos quais há questionários para debates, pesquisa, círculos de estudo. Além disso, contém os rituais dos sacramentos para conhecimento do povo. Leitura atraente e facilmente assimilável, escrito em linguagem simples. Aí está o maior mérito desta pequena obra, que todos devem ler e meditar para assimilar e viver a nova mentalidade preceituada pelo Concílio Vaticano II.

Pedidos às

Edições LUMEN CHRISTI
Caixa Postal 2 666
RIO DE JANEIRO — GB

Declaração Sobre a Educação Cristã

A tradução é da responsabilidade do redator desta revista. Os subtítulos não são oficiais (Sponsa Christi, janeiro de 1966, pp. 3-15)

Proêmio

O Santo Sínodo Ecumênico considera atentamente a importância capital da educação na vida do homem e sua influência sempre maior sobre o progresso social de nossa época (1). De fato, a educação dos jovens e mesmo certa formação contínua dos adultos, se por um lado se torna mais fácil, por outro se faz mais urgente, nas atuais conjunturas. Pois os homens, mais plenamente conscientes de sua dignidade e dever, anelam por participar sempre mais ativamente na vida social e sobretudo na vida econômica e política (2). Os admiráveis progressos da técnica e da pesquisa científica, os novos meios de comunicação social, oferecem oportunidade aos que por vezes dispõem de maior tempo livre para se achegarem com

- (1) Entre o grande número de documentos que ilustram a importância da educação, cf. sobretudo: BENTO XV, Carta Apost. *Communes Litteras*, 10/04/1919: AAS 11 (1919) p. 172. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, 31/12/1929: AAS 22 (1930) pp. 49-86. PIO XII, Alocução aos Jovens A. C. I., 20/04/1946: *Discorsi e Radiomessaggi VIII*, pp. 53-57. Alocução aos Pais da França, 18/09/1951: *Discorsi e Radiomessaggi XIII*, pp. 241-245. JOÃO XXIII, Mensagem por ocasião do trigésimo aniversário da Encíclica *Divini Illius Magistri*, 30/12/1959: AAS 52 (1960) pp. 57-59. PAULO VI, Alocução aos Colegas F.I.D.A.E. (Federazione Istituti Dipendenti dall'Autorità Ecclesiastica): 30/12/1963: *Encicliche e Discorsi di S.S. Paolo VI*, I Roma 1964, pp. 601-603. Além disso, vejam-se as *Acta et Documenta Concilio Oecumenico Vaticano II apparando*, series I, *Antepraeparatoria*, vol. III, 363-364, 370-371, 373-374.
- (2) Cf. JOÃO XXIII, Encíclica *Mater et Magistra*, 15/05/1961: AAS 53 (1961) pp. 413, 415-417, 424. Encíclica *Pacem in terris*, 11/04/1963: AAS 55 (1963) pp. 278 s.

mais facilidade às riquezas espirituais e à cultura, para se completarem por uma aproximação mais estreita e recíproca entre as sociedades e até entre os povos.

Assim pois por toda a parte se empreendem esforços para promover mais e mais a obra da educação; declaram-se e lançam-se em documentos públicos os direitos básicos dos homens, em particular os das crianças e dos pais, relativos à educação (3). Enquanto cresce rapidamente o número de alunos, multiplicam-se em larga escala e aperfeiçoam-se as escolas, criam-se outros tipos de institutos de educação. Atualizam-se com novas experiências os métodos de educação e instrução. Tentam-se gigantescos esforços para aplicá-los a todos os homens, embora ainda seja excessivamente grande o número de crianças e jovens que se vêem privados até da formação básica, enquanto muitos não gozam da educação conveniente, onde a verdade se cultive junto com a caridade.

A Santa Mãe Igreja tem sua responsabilidade quanto ao progresso e expansão da educação, uma vez que, para cumprir o mandato recebido de seu divino Fundador, a saber o de anunciar o mistério da salvação aos homens todos e o de tudo restaurar em Cristo, deve cuidar de toda a vida do homem, também da terrena enquanto conexa com a vocação celeste (4). É por isso que o Santo Sínodo emite a declaração sobre alguns princípios fundamentais da educação cristã — em particular nas escolas — princípios que deverão ser mais amplamente desenvolvidos por uma Comissão especial pós-conciliar e aplicados pelas Conferências dos Bispos às diferentes condições regionais.

O direito universal à educação e sua noção

1. Os homens todos de qualquer raça, condição e idade, em virtude da dignidade de sua pessoa, gozam do direito inalienável à educação (5), que corresponda à sua finalidade (6), à índole, à diferença de sexo, e se acomode à cultura e às tradições nacionais e ao mesmo tempo se abra à convivência fraterna com outros povos, favorecendo a união verdadeira e a paz na terra. A autêntica educação no entanto visa ao aprimoramento da pessoa humana em relação a seu fim último e o bem-estar das socie-

(3) Cf. Declaração dos direitos do homem, aprovada em 10/12/1948 pela ONU; cf. Declaração dos direitos da criança, 20/11/1959; Protocolo adicional à convenção de salvaguarda dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, Paris, 20/03/1952; sobre a Declaração dos direitos do homem cf. JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in terris*, 11/04/1963 : AAS 55 (1963) pp. 295 s.

(4) Cf. JOÃO XXIII, Encíclica *Mater et Magistra*, 15/05/1961 : AAS 53 (1961) p. 402. Concílio Vaticano II. Constituição Dogmática *De Ecclesia*, n.º 17 : AAS 57 (1965) p. 21; Constituição Pastoral *De Ecclesia in mundo huius temporis*, *passim*.

(5) PIO XII, Radiomensagem de 24/12/1942 : AAS 35 (1943) pp. 12, 19. JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in terris*, de 11/04/1963 : AAS 55 (1963) pp. 259 s. E cf. Declaração dos direitos do homem mencionada em a nota 3.

(6) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, 31/12/1929 : AAS 22 (1930) p. 50 s.

dades de que o homem é membro, e em cujas tarefas, uma vez adulto, terá que participar.

De acordo com os processos da Psicologia, Pedagogia e Didática, há de dar-se assistência às crianças, e aos jovens para desenvolverem harmoniosamente seus dotes físicos, morais e intelectuais, para adquirirem gradativamente um senso mais perfeito de responsabilidade, que há de ser retamente desenvolvida na própria existência num contínuo esforço e em verdadeira liberdade, ao superarem-se os obstáculos com generosidade e constância. Com o avançar da idade sejam preparados por uma educação sexual positiva e prudente. Além disso, sejam treinados de forma a participarem da vida social. Assim, perfeitamente equipados com os instrumentos necessários e oportunos, estejam habilitados a entrosar-se ativamente nos diversos grupos da comunidade humana, abrindo-se para a troca de idéias com outros e empenhando-se com gosto no esforço de elevar o bem comum.

Declara da mesma forma o Santo Sinodo que é direito das crianças e jovens verem-se estimulados a apreciar os valores morais com consciência recta e a assumi-los por adesão pessoal, como também a conhecer e amar a Deus de modo mais perfeito. Roga por isso insistentemente a todos os que governam os povos e os que se responsabilizam pela educação cuidem que jamais se prive a juventude deste sagrado direito. Aos filhos da Igreja porém exorta a trabalharem com generosidade em todo o campo da educação, sobretudo para obter que os benefícios de uma educação e instrução convenientes possam estender-se o mais depressa possível a todos e ao mundo inteiro (7).

A educação cristã

2. Os cristãos todos que, pela regeneração da água e do Espírito Santo, se tornaram nova criatura (8), se chamam e são filhos de Deus, possuem direito à educação cristã. Educação essa que não visa apenas à maturidade da pessoa humana acima descrita, mas objetiva em primeiro lugar que os batizados sejam gradativamente introduzidos no conhecimento do mistério da salvação e se tornem de dia para dia mais cônscios do dom recebido da fé; aprendam a adorar a Deus-Pai em espírito e verdade (cf. *Jo* 4, 23), sobretudo na ação litúrgica; sejam treinados a orientar a própria vida segundo o homem novo na justiça e santidade da verdade (*Ef* 4, 22-24); assim pois cheguem a constituir o homem perfeito, na força da idade que realiza a plenitude de Cristo (*Ef* 4, 13) e cooperem para o crescimento do Corpo Místico. Habituem-se êles ainda, cônscios de sua vocação, a darem o testemunho da esperança que nêles reside (cf. *I Ped* 3, 15), e a contribuírem para a transformação cristã do mundo, na qual os valores naturais sejam assumidos na visão com-

(7) OF. JOAO XXIII, Encíclica *Mater et Magistra*, 15/05/1961; AAS 53 (1961) pp. 441 s.

(8) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, 1. c. p. 83.

pleta do homem redimido por Cristo e contribuam para o bem de toda a sociedade (9). Por tal motivo, esse Santo Sínodo recorda aos Pastores das almas o dever gravíssimo de tudo empreenderem no sentido de os fiéis todos se beneficiarem desta educação cristã, particularmente os jovens que constituem a esperança da Igreja (10).

Os responsáveis pela educação

3. Porque deram vida aos filhos, contraem os pais o dever gravíssimo de educarem a prole. Por isso, hão de considerar-se como seus primeiros e principais educadores (11). Essa tarefa educacional se revela de tanta importância, que onde quer que falhe dificilmente poderá ser suprida. É assim dever dos pais criar um ambiente tal de família, animado pelo amor, pela dedicação a Deus e aos homens, que leve à completa educação pessoal e social dos filhos. A Família é pois a primeira escola de virtudes sociais de que precisam todas as sociedades. É o que se verifica sobretudo na família cristã, enriquecida pela graça e pelo dever do sacramento do Matrimônio, pois os filhos já na primeira idade devem ser ensinados segundo a fé recebida no batismo a conhecer e venerar a Deus e a amar o próximo. Aí é que fazem a primeira experiência, tanto de uma sociedade humana sadia quanto da Igreja. Pela família afinal são eles insensivelmente introduzidos no consórcio civil dos homens e no povo de Deus. Sintam e percebam por isso os pais a importância da família verdadeiramente cristã para a vida e o progresso do próprio Deus (12).

A tarefa de ministrar a educação, embora seja primordialmente da competência da família, necessita dos auxílios de toda a sociedade. Assim, além dos direitos dos pais e das demais pessoas, a quem estes confiam parte da tarefa educacional, existem certos deveres e direitos que competem à sociedade civil, enquanto lhe cabe ordenar as coisas necessárias para o bem comum temporal. É encargo seu promover de muitos modos a educação da juventude: a saber, tutelar e amparar as tarefas e os direitos dos pais e de outros responsáveis pela educação; conforme o princípio da subsidiariedade, na falta de iniciativa dos pais e das outras sociedades, levar a termo o trabalho da educação, respeitando porém os

(9) Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática De Ecclesia, n.º 36: AAS 57 (1965) pp. 41 s.

(10) Cf. CONCÍLIO VATICANO II, Decreto De Apostolatu Laicorum (1965) n.º 12.

(11) Cf. PIO XI, Encíclica Divini Illius Magistri, l. c. pp. 59 s.; Encíclica Mit Brennender Sorge, 14/03/1937: AAS 29 (1937) pp. 164 s. PIO XII, Alocação ao primeiro Congresso nacional da Confederação Italiana de Professores Católicos (A.I.M.C.), 08/09/1946: Discorsi e Radiomessaggi VIII, p. 218.

(12) Cf. CONC. VAT. II, Constituição Dogmática De Ecclesia, nn. 11 e 35: AAS 57 (1965) pp. 16 e 40 s.

desejos dos pais; além disso, na medida que exige o bem comum, fundar escolas e institutos próprios (13). Por uma razão bem especial, cabe à Igreja a tarefa de educar. Não só porque devem reconhecê-la como sociedade humana capaz de transmitir a educação. Mas, antes de tudo, porque lhe incumbe anunciar o caminho da salvação aos homens todos, comunicar aos fiéis a vida de Cristo, ajudando-os por uma solicitude contínua a atingirem a plenitude desta vida (14). Como Mãe, está a Igreja obrigada a ministrar a estes seus filhos uma educação tal, que tôda a vida dêles chegue assim a impregnar-se do espírito de Cristo. Ao mesmo tempo, porém, oferece ela seus préstimos aos povos todos para promover o desenvolvimento integral da pessoa humana, para modelar ainda o bem da sociedade terrestre e a edificação do mundo, de maneira mais humana (15).

Os diversos subsídios da educação cristã

4. No cumprimento de sua tarefa educacional, a Igreja se interessa por todos os subsídios aptos. Mas cuida sobretudo dos que lhe são próprios. Entre estes figura, em primeiro lugar, a formação catequética (16), que ilumina e fortifica a fé, nutre a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério litúrgico (17) e desperta para a atividade apostólica. A Igreja tem em alta estima e procura penetrar com sua mentalidade e elevar também os outros meios que pertencem ao patrimônio comum dos homens e contribuem grandemente para aprimorar os espíritos e formar os homens, como sejam os instrumentos de comunicação social (18), as múltiplas sociedades para treino do espírito e do corpo, os movimentos juvenis, e sobretudo as escolas.

(13) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c. pp. 63 s. PIO XII, Radiomensagem de 01/06/1941: AAS 33 (1941) p. 200; Alocução ao primeiro Congresso Nacional da Confederação Italiana de Professores Católicos, 08/09/1946: *Discorsi e Radiomessaggi VIII*, p. 218. Sobre o princípio da subsidiariedade cf. JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in terris*, 11/04/1963: AAS 55 (1963) p. 294.

(14) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c. pp. 53 s., 56 s. Encíclica *Non abbiamo bisogno*, 29/06/1931: AAS 23 (1931) pp. 311 s. PIO XII, Carta da Secretaria do Estado a 28.^a Semana Soc. Ital 20/09/1955: *L'Osservatore Romano*, 29/09/1955.

(15) A Igreja congratula-se com aquelas autoridades civis, locais, nacionais e internacionais que, cónscias das necessidades mais urgentes de nosso tempo, empenham todos os seus esforços para que os povos todos compartilhem dos frutos de uma educação e cultura humana mais ampla. Cf. PAULO VI, Alocução na ONU, 04/10/1965: *L'Osservatore Romano*, 06/10/1965.

(16) Cf. PIO XI, Motu proprio *Orbem catholicum*, 29/06/1923: AAS 15 (1923) pp. 327-329. Decreto *Provido sane*, 12/01/1935: AAS 27 (1935) pp. 145-152. CONC. VAT. II, Decreto *De pastorali Episcoporum munere in Ecclesia*, nn. 13 e 14.

(17) Cf. CONC. VAT. II, Const. De Sacra Liturgia, n. 14. AAS 56 (1964) p. 104.

(18) Cf. CONC. VAT. II, Decreto *De instrumentis communicationis socialis*, nn. 13 e 14: AAS 56 (1964) pp. 149 s.

A importância da escola

5. Entre todos os instrumentos da educação, a escola possui importância peculiar (19). É por força de sua missão que ela aperfeiçoa, com desvelo ininterrupto, as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar com retidão, introduz no patrimônio da cultura adquirida por gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, faz nascer relações de amizade entre alunos de índole e condição diversa e assim favorece a disposição mútua de se compreenderem. Além disso, constitui ela uma espécie de centro em cuja operosidade e progresso hão de participar, unidos, as famílias, o professorado, as associações de diversos tipos que promovem a vida cultural, cívica, a sociedade civil e toda a comunidade humana.

Por isso, é bela e de grande influência a vocação de todos aqueles que, para ajudarem os pais no desempenho de seu ofício e fazerem às vezes de comunidade humana, se incumbem da tarefa de educar nas escolas. Vocação que exige dotes peculiares de espírito e de coração, preparação muito esmerada, prontidão contínua de renovar-se e adaptar-se.

Deveres e direitos dos pais

6. É preciso que gozem de verdadeira liberdade na escolha das escolas os pais que têm o dever primeiro e inalienável de educar os filhos. O Poder público a quem cabe proteger e defender as liberdades dos cidadãos, cuidando da justiça distributiva, há de providenciar para que os subsídios públicos sejam de tal sorte distribuídos, que os pais possam escolher com verdadeira liberdade as escolas para seus filhos, segundo a sua consciência (20).

Aliás é dever do Estado criar condições para que todos os cidadãos possam chegar a participar de modo vantajoso na cultura e se preparem devidamente para se desincumbirem dos deveres e direitos civis. O mesmo Estado deverá pois salvaguardar o direito das crianças a uma adequada educação escolar. Há de controlar o preparo dos professores e a eficiência dos estudos, cuidando da saúde dos alunos e, de maneira geral, promovendo toda a atividade escolar. Manterá porém diante dos olhos o princípio de sua tarefa subsidiária, excluindo pois das escolas todo e qualquer monopólio, que é inimigo dos direitos fundamentais da pessoa humana, do progresso e da expansão da cultura, da convivência pacífi-

(19) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c. p. 76; PIO XII, Alocução à Associação de Professores Católicos da Baviera, 31/12/1956; *Discorsi e Radiomessaggi XVIII* p. 746.

(20) Cf. CONC. PROV. CINCINNATENSE III, a. 1861: *COLLATIO LACENSIS*, III, col. 1240, c/d; PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c. pp. 60, 63 s.

ca dos cidadãos, como também do pluralismo, hoje em vigor na maior parte das sociedades (21).

Aos cristãos porém exorta o Santo Sínodo a que além disso apóiem a pesquisa de métodos aptos de educação como de programas de estudos, e ainda o esforço de formar professores capazes de bem educarem os jovens. Especialmente através das associações de pais, acompanhem com sua assistência a obra escolar tãda, mas principalmente a educação moral que nela deve ministrarse (22).

Educação moral e religiosa em tãdas as escolas

7. Sentindo de modo intenso o dever gravíssimo que além disso lhe incumbe de empenhar-se a fundo pela educação moral e religiosa de todos os seus filhos, necessita a Igreja de estar com seu afeto e amparo especial junto àquele grande número de alunos que se formam em escolas não católicas; tanto pelo testemunho de vida daqueles que os ensinam e dirigem, quanto pela ação apostólica dos colegas (23), mas sobretudo pelo ministério de sacerdotes e leigos, que lhes transmitem a doutrina da salvação num modo adaptado à idade e às condições, e lhes prestam auxílio espiritual através de iniciativas oportunas, conforme as condições dos meios e dos tempos.

Aos pais porém lembra a grave tarefa, que é a sua, de tudo disporem e mesmo exigirem para que seus filhos possam valer-se daquela assistência e desenvolver a formação cristã em harmonioso progresso com a profana. Enaltece por isso a Igreja aquelas autoridades e sociedades civis que, em vista do pluralismo da sociedade hodierna e com o fim de cuidarem da devida liberdade religiosa, ajudam as famílias para que a educação dos filhos possa transmitir-se em tãdas as escolas segundo os princípios morais e religiosos das famílias (24).

Escolas católicas

8. A presença da Igreja no terreno das escolas se manifesta com especial evidência através da escola católica. Não menos que as demais escolas, visa ela aos fins culturais e à formação humana dos jovens. É porém característica sua, criar uma atmosfera de comunidade escolar animada pelo espírito evangélico da liberdade e da caridade, auxiliar os adolescentes a que no desdohramento da personalidade também cresçam jun-

(21) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c. p. 63; Encíclica *Non abbiamo bisogno*, 29/08/1931: AAS 23 (1931) p. 30 s. PIO XII, Carta da Secretaria do Estado à 28.^a Semana Soc. Ital. 20/09/1955: *L'Osservatore Romano*, 29/09/1955. PAULO VI, Allocução à Associação Cristã dos Operários da Itália (A.C.L.I.), 06/10/1963: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, I, Roma 1964, p. 230.

(22) Cf. JOÃO XXIII, Mensagem por ocasião do trigésimo aniversário da Encíclica *Divini Illius Magistri*, 30/12/1959: AAS 521 (1960) p. 57.

(23) A Igreja tem em alto aprêço a ação apostólica, a qual também naquelas escolas, professores e condiscípulos hão de exercer. Cf. CONC. VAT. II, *Decreto De Apostolatu Laicorum* (1965) nn. 12 e 16.

(24) Cf. CONC. VAT. II, *Declaração De Libertate Religiosa*, n. 5.

to, segundo a nova criatura que se tornaram pelo batismo. Visa ainda a orientar toda a cultura humana para a mensagem da salvação, a ponto de iluminar-se pela fé o conhecimento que os alunos gradativamente adquirem do mundo, da vida e do homem (25). Assim pois a escola católica, enquanto se abre como deve às condições de progresso da nova era, educa seus alunos a fazer avançar com eficiência o bem-estar da cidade terrestre, preparando-os para o serviço de expansão do Reino de Deus, a fim de tornarem-se como que fermento salutar da comunidade humana, pelo exercício de uma vida exemplar e apostólica.

Também nas atuais conjunturas, guarda a Escola católica sua importância capital, pois pode contribuir tão decisivamente para realizar-se a missão do Povo de Deus, transformando-se ainda, pelo diálogo entre a Igreja e a comunidade dos homens, em benefício para ambos. Por isso o Santo Sínodo torna a proclamar o que já foi declarado em tão grande número de documentos do Magistério (26), a saber, o direito da Igreja de fundar e dirigir livremente escolas de qualquer ordem e grau, recordando que o exercício deste direito também contribui em alto grau para a liberdade de consciência, para a tutela dos direitos dos pais e para o progresso da própria cultura.

Lembrem-se porém os professores serem eles os primeiríssimos promotores do que a escola católica pode levar a concretizar de seus propósitos e iniciativas (27). Preparem-se pois com interesse especial, munidos de títulos idôneos de comprovada ciência profana e religiosa, e dotados da arte pedagógica de acordo com as pesquisas mais recentes. Ligados por laço de caridade entre si e com os alunos, e, imbuídos do espírito apostólico, tanto pela vida quanto pela doutrina, deem testemunho do único Mestre que é Cristo. Associem-se sobretudo aos pais em seu trabalho. Junto com eles tenham em devida conta a educação total, a diferença de sexo e a finalidade de um e outro sexo no seio da família e da sociedade, conforme preestabeleceu a Divina Providência. Façam o possível por despertar a atividade pessoal dos mesmos alunos. Continuem a segui-los, depois de absorvido o currículo, por conselhos, amizade, como também

(25) Cf. CONC. PROV. WESTMONASTERIENSE I, a. 1852: COLLATIO LACENSIS III, col. 1334, a/b. — PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri* l. c. p. 77 s. — PIO XII, Alocução à Associação dos Professores Católicos da Baviera, 31/12/1956: *Discorsi e Radiomessaggi XVIII*, p. 746 — PAULO VI, Alocução aos Colegas F.I.D.A.E. (Federazione Istituti Dipendenti dall'Autorità Ecclesiastica), 30/12/1963: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, I, Roma 1964, p. 602 s.

(26) Cf. sobretudo os documentos citados em a nota 1; além disso, o direito da Igreja é afirmado em inúmeros Concílios provinciais e nas mais recentes Declarações de diversas Conferências de Bispos.

(27) Cf. PIO XI, Encíclica *Divini Illius Magistri*, l. c. p. 80 s. — PIO XII, Alocução à Confederação Católica Italiana de Professores das Escolas Secundárias (U.C.I.I.M.), 05/01/1954: *Discorsi e Radiomessaggi XV*, pp. 551-556. — JOÃO XXIII, Alocução ao 6.º Congresso da Associação Italiana de Professores Católicos (A.I.M.C.), 06/09/1959: *Discorsi, Messaggi, Colloqui*, I, Roma 1960, pp. 427-431.

pela fundação de associações dotadas de verdadeiro espírito eclesial. O Santo Sínodo declara que o ministério destes professores é autêntico-apostolado. Que condiz ao máximo e é necessário também aos nossos tempos, não deixando de (ser) verdadeiro serviço prestado à sociedade. Aos pais porém torna a inculcar o dever de confiarem seus filhos, quando e onde puderem, a escolas católicas. Sustentem-nas na medida de suas forças e colaborem com elas para o bem de seus filhos (28).

Diversos tipos de escolas católicas:

9. A esse ideal da escola católica não de aproximar-se quanto possível tôdas as escolas que dependem de qualquer forma da Igreja, embora a escola católica possa assumir formas diversas segundo as circunstâncias dos lugares (29). A Igreja ainda considera com carinho muito grande, como é evidente, as escolas católicas que, sobretudo nos territórios de novas Igrejas, são freqüentadas também por alunos não católicos.

Aliás, na ereção e na organização das escolas católicas, não de levar-se em conta as necessidades dos novos tempos. Por isso, embora se deva continuar estimulando as escolas de grau elementar e médio, que constituem o fundamento da educação, cerquem-se de grande estima aquelas que são reclamadas com especial insistência nas condições hodiernas, como acontece com as assim chamadas escolas profissionais (30) e técnicas, com os institutos destinados à instrução de adultos, à assistência social e aos que por deficiência da natureza precisam de tratamento especial, como ainda com as escolas em que se preparam os mestres tanto para o ensino religioso quanto para outros setores da educação.

O Santo Sínodo exorta com veemência os Pastores da Igreja, bem como a todos os fiéis, a que não meçam nenhum sacrifício, para ajudarem às escolas católicas, a fim de desempenharem dia a dia com mais perfeição a sua tarefa, cuidando sobretudo das necessidades daqueles que são desprovidos de bens temporais ou se sentem privados do auxílio e do afeto da família ou ainda se mantêm alheios ao dom da fé.

As faculdades e as universidades católicas

10. A Igreja cerca da mesma forma com interesse e carinho as escolas de grau superior, sobretudo as universidades e as faculdades. Mais ainda. No que dela depende, esforça-se para que, por uma organização metódica, as disciplinas tôdas sejam cultivadas com princípios próprios, com métodos próprios e com liberdade própria de pesquisa científica, de

(28) Cf. PIO XII, Alocução à Confederação Católica Italiana de Professores das Escolas Secundárias (U.C.I.I.M.), 05/01/1954, l. c., p. 5555.

(29) Cf. PAULO VI, Alocução ao Ofício Internacional de Educação Católica (O.I.E.C.), 25/02/1964: Encicliche e Discorsi di Paolo VI, II, Roma 1964, p. 232.

(30) Cf. PAULO VI, Alocução à Associação Cristã de Operários da Itália (A.C.I.I.), 06/10/1963: Encicliche e Discorsi di Paolo VI, I, Roma, 1964, p. 229.

forma que se atinja uma sempre mais profunda compreensão delas. De maneira muito conscienciosa, levem-se em conta os novos problemas e pesquisas do progresso atual, para chegar-se a perceber com mais profundidade como a fé e a razão conspiram para uma só verdade. Sigam os vestígios dos doutores da Igreja, em especial de Santo Tomás de Aquino (31). Assim se realiza uma como que pública, estável e universal presença da mentalidade cristã em todo o esforço de promover cultura mais profunda. Os alunos desses institutos se formem de fato como homens de grande saber, preparados para enfrentarem tarefas de maior responsabilidade na sociedade e para serem também no mundo testemunhas da fé (32).

Nas universidades católicas em que não existir nenhuma faculdade de S. Teologia, haja um instituto ou cátedra da S. Teologia na qual se façam relações acessíveis também a alunos leigos. Uma vez que a ciência progride, sobretudo por investigações especiais de maior importância científica, fomentem-se ao máximo nas universidades e faculdades católicas os institutos que se destinam a promover a investigação científica de base.

O Santo Sínodo recomenda muito que se incentivem as universidades e faculdades católicas judiciosamente distribuídas nos diversos territórios, todavia de tal forma, que se projetem não pelo número, mas pela promoção da ciência. Facilite-se nelas o ingresso a alunos que dêem maior esperança, mesmo que tenham menor fortuna, sobretudo aos que vêm de nações novas.

Uma vez que o destino da sociedade e da própria Igreja se vê intimamente ligado ao aproveitamento que os jovens tiram de seus estudos superiores (33), os Pastôres da Igreja não apenas tomem a peito o cuidado pela vida espiritual dos alunos que freqüentam universidades católicas; mas preocupados com a formação espiritual de todos os seus filhos — depois de consultas oportunas entre os Bispos — tomem medidas para que se criem também junto às universidades não católicas pensões e centros universitários católicos, nos quais sacerdotes, religiosos e leigos, escolhidos a dedo e bem preparados, prestem à juventude universitária um auxílio espiritual e intelectual permanente. Jovens de maior ta-

(31) Cf. PAULO VI, Alocução perante o VI Congresso Tomista Internacional, 10/09/1965; *L'Osservatore Romano*, 13-14/09/1965.

(32) Cf. PIO XII, Alocução aos Professores e Alunos dos Institutos Superiores Católicos da França, 21/09/1950: *Discorsi e Radiomessaggi XIII*, pp. 219-221; Carta ao XXII Congresso "Pax Romana", 12/03/1952: *Discorsi e Radiomessaggi XIV*, pp. 567-569. — JOÃO XXIII, Alocução à Federação das Universidades Católicas, 01/04/1959: *Discorsi, Messaggi, Colloqui, I*, Roma 1960, pp. 226-229. — PAULO VI, Alocução ao Senado Acadêmico da Universidade Católica de Milão, 05/04/1964: *Encicliche e Discorsi di Paolo VI, II*, Roma 1964, pp. 438-443.

(33) Cf. PIO XII, Alocução ao Senado Acadêmico e aos alunos da Universidade Romana, 15/06/1952: *Discorsi e Radiomessaggi XIV*, p. 208: "La direzione della società di domani è principalmente riposta nella mente e nel cuore degli universitari di oggi".

lento, tanto das universidades católicas quanto das outras, que revelarem aptidões para o ensino e a pesquisa, sejam preparados com peculiar cuidado e promovidos à carreira do magistério.

Faculdades de Ciências Sagradas

11. Da operosidade das Faculdades de Ciências Sagradas a Igreja espera o máximo (34). A elas é que confia a tarefa gravíssima de preparar os seus próprios filhos não apenas para o ministério sacerdotal mas principalmente ou para ensinarem nas cátedras de estudos superiores eclesiásticos ou para aprofundarem as matérias com sua contribuição pessoal ou ainda para ocuparem os postos mais árduos do apostolado intelectual. É igualmente missão das faculdades investigar mais profundamente os vários campos das disciplinas sagradas, de forma que se chegue a uma compreensão sempre mais profunda da Sagrada Revelação, se abra mais plenamente o patrimônio da sabedoria cristã transmitida pelos antepassados, se promova o diálogo com os irmãos separados e os não cristãos e se responda a questões nascidas do progresso das doutrinas (35).

Por isso, as faculdades eclesiásticas, depois de reverem oportunamente as leis que lhes são próprias, promovam com ardor as ciências sacras e as que estão com elas conexas, e à base também de métodos e técnicas mais modernas preparem os ouvintes para pesquisas aprofundadas.

Associações interescolares

12. Uma vez que a cooperação, que se faz sentir sempre mais urgente e mais poderosa no plano diocesano, nacional e internacional, também é da maior necessidade no terreno escolar, há de cuidar-se por todos os meios de fomentar uma coordenação acertada entre as escolas católicas, avançando-se até para uma colaboração entre estas e outras escolas, colaboração essa exigida em benefício da comunidade universal dos homens (36).

De uma maior coordenação e de uma sociedade de trabalho hão de colher-se mais abundantes frutos sobretudo no âmbito dos institutos acadêmicos. Assim em cada universidade as várias faculdades se prestem auxílio mútuo enquanto o permitir o objetivo. As próprias universidades também concorram entre si por uma união mútua de trabalho, promovendo unidas os congressos internacionais, repartindo entre si os setores das pesquisas científicas, comunicando-se umas às outras as desco-

(34) Cf. PAULO VI, Constituição Apostólica *Deus Scientiarum Dominus*, 24/05/1961; AAS 23 (1961) pp. 245-247.

(35) Cf. PIO XII, Encíclica *Humani Generis*, 12/08/1950; AAS 42 (1950), pp. 558. — PAULO VI, Encíclica *Ecclesiam Suam*, Pars III, 06/08/1964; AAS 56 (1964), pp. 637-659. — CONC. VAT. II, Decreto *De Oecumenismo*; AAS 57 (1965) pp. 90-107.

(36) Cf. JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in terris*, 11/04/1963; AAS 55 (1963) pp. 284 ss.

bertas, permutando para certo tempo seus professores, e levando avante tudo o que contribua para uma colaboração maior.

Conclusão

O Santo Sínodo exorta com empenho os próprios jovens, cônscios da excelência da função de educador, a que estejam dispostos a aceitá-la com espírito generoso, sobretudo naquelas regiões em que por falta de professores a educação da juventude corre perigo.

O mesmo Santo Sínodo, se confessa gratíssimo para com os sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos, que, na evangélica decisão de si próprios, se ocupam da educação, obra entre todas importante, e das escolas, de todo tipo e grau. Exorta-os a que perseverem com generosidade na função assumida e procurem distinguir-se pelo esforço de imbuir os alunos com o espírito de Cristo, pela arte pedagógica e pelo estudo das ciências, de forma que não promovam apenas a renovação interna da Igreja, mas conservem e dilatam sua benéfica presença no mundo hodierno, sobretudo o intelectual.

NOVIDADE : OFÍCIO DIVINO EM PORTUGUÊS I

DIURNAL ROMANO COMPLETO

Sô em português

Ofício Canônico do Breviário Romano, texto oficial e completo. Todas as Horas do dia, à exceção de Prima, que foi supressa. Com sinais de pausa para recitação em côro, com todas as rubricas mais recentes. Impresso em uma só côr, papel bíblia, com tipos bem legíveis, encadernado em percalina. Aproximadamente 700 páginas. Preço não calculado, mas será o mais razoável possível.

A aparecer até fim de outubro próximo. Em vista da grande procura, é favor fazer já a encomenda, para que não venha a faltar a quantidade desejada.

Pedidos às :

Edições LUMEN CHRISTI

Caixa Postal 2 666

RIO DE JANEIRO — GB

CRB-Nacional — ENCONTRO DA GÁVEA : Com o objetivo de preparar um grupo de sacerdotes que possam mais tarde levar às bases a doutrina conciliar sobre a vida religiosa, a CRB-Nacional promoveu o que chamamos de Encontro da Gávea, de 28 de fevereiro a 5 de março. Palestras, círculos, debates e planejamentos foram as preocupações do grupo de estudiosos durante sua permanência na Gávea.

PARTICIPANTES:

I — PERITOS

Padre Frei Romeu Dale, O.P.
Padre Virgílio Rosas Neto, C.S.S.R.
Frei Boaventura Kopenburg, O.F.M.

II — DIRETORIA NACIONAL DA CRB

III — COMISSÃO EXECUTIVA DA CRB-NACIONAL

IV — SECRETÁRIOS REGIONAIS

Frei Venâncio A. Chaves, O.F.M.Cap. (RS)
Padre Júlio Munaro, M.I. (SP)
Padre Canísio Raedts, S.S.CC. (MG)
Padre Belchior Maia, S.D.B. (BA)
Frei Agostinho de Capinzal, O.F.M.Cap. (PR)

V — PELA CNBB

Padre Riolando Azzi, S.D.B.
Padre Raimundo Caramuru de Barros
Irmã Irany Bastos

VI — TEÓLOGOS

Padre Versiani Marçal, C.M. (Colégio São Vicente, Rio — GB)
Frei Eliseu Lucena Lopes, O.P. (Prov., Leme, Rio — GB)
Frei Guido Vesman, O.F.M. (Convento dos Padres Franciscanos, Carlos Prates, Belo Horizonte — MG)
Padre Tiago Lara, S.D.B. (Faculdade de Filosofia Dom Bosco, São João Del Rei — MG)
Padre Eugênio Ruiz Ayala, S.J. (Belo Horizonte — MG)
Frei Valfredo Teppe, O.F.M. (Casa de Retiros, Salvador — BA)
Padre Hofstede, C.S.S.R. (Recife — PE)

Diretor do Instituto de Ciências Religiosas (Recife — PE)
 Padre Frei Bernardo Catão, O.P. (São Paulo — Capital)
 Irmão Cristóvão Tarcísio de La Senda, I.S.C. (São Paulo
 — Capital)

Frei Cláudio, O.Carm. (São Paulo — Capital)
 Padre Gèza Kőeveceses, S.J. (Colégio Máximo Cristo Rei
 — RS)

Diretor do Instituto Deus Sapientiae (Pôrto Alegre — RS)
 Irmão Henrique Justo (Lassalista, Pôrto Alegre — RS)
 Padre Manuel Edwards (Presidente da CLAR)
 Um representante do CERIS (Pe. Donida ou Pe. Godofredo)
 Provincial dos Padres Lazaristas (Nordeste I)

Conclusões do Encontro

Numa iniciativa que desejamos seja de feliz augúrio, a CRB convocou uns quarenta religiosos, entre os quais a Diretoria, a Comissão Executiva, alguns Secretários Regionais, e uns dez estudiosos da vida religiosa, para uma semana de estudo sôbre os documentos do Vaticano II, referentes à vida religiosa. Os participantes que se reuniram de 28 de fevereiro a 5 de março na Casa de Retiros Padre Anchieta, na Gávea, chegaram às seguintes conclusões :

I — REFLEXÃO TEOLÓGICA SOBRE A VIDA RELIGIOSA

1. Sendo a crise da vida religiosa, em parte, causada pela precariedade da concepção teológica da vida religiosa (tanto entre os próprios religiosos, como no clero e no laicato) parece de urgente necessidade divulgar em cursos de formação e semanas de estudo a riqueza teológica da vida religiosa, como é apresentada, principalmente, na *LUMEN GENTIUM* e *PERFECTAE CARITATIS*.

2. Tendo-se tornado claro nas discussões que os documentos citados não pretendem dar definições, no sentido clássico, a respeito da vida religiosa, mantendo-se também neste ponto a linha geral pastoral e expositiva, pede-se à direção da CRB que promova pesquisas teológicas a respeito dos seguintes pontos :

- carisma da vida religiosa na Igreja;
- relação dos religiosos com a Igreja particular;
- o "algo mais" da vida religiosa;
- carisma dos Fundadores;
- relação entre o carisma do Fundador e os respectivos institutos;
- relação entre o carisma e os conselhos evangélicos;
- relação entre consagração batismal e consagração religiosa;
- relação entre a vida religiosa e o mistério da Igreja;

- teologia da vida religiosa como sinal;
- vocação religiosa.

II — RENOVAÇÃO DA VIDA RELIGIOSA

1. Princípios de renovação

a) Sendo o Evangelho e não a respectiva Regra a última norma para todos os institutos, promova-se, de todos os modos, a formação bíblica. Desde o noviciado tenha cada religioso um exemplar da Bíblia, aprofundando seus conhecimentos e sua vivência evangélica pela leitura cotidiana e pela participação em cursos bíblicos.

b) O caráter de sinal eclesial, inerente à vida religiosa, seja sempre mais estudado por todos os religiosos e vivido, sobretudo, por uma participação ativa na renovação litúrgica.

c) Procurem as congregações estudar sua índole e missão própria, redescobrando o espírito e as intenções do Fundador com um instrumental científico adequado e por uma interpretação viva para poderem oferecer à Hierarquia sua contribuição específica no campo pastoral.

d) As tradições, para merecerem a qualificação de "sãs", sejam continuamente confrontadas com os cinco princípios de renovação:

- seguimento de Cristo no Evangelho;
- índole e missão própria do Instituto;
- iniciativas e intenções da Igreja;
- condições humanas da época;
- necessidade da Igreja.

e) Propõe-se maior descentralização no regime dos institutos de amplitude internacional, para possibilitar aos religiosos no Brasil maior adaptação à índole e às exigências do País. Empenhe a CRB sua influência neste sentido.

2. Objetos de renovação

Partindo do princípio de que nossa vida religiosa deve ser um sinal para os homens, quer sejam cristãos, quer ainda não acreditem em Cristo, e atendendo às condições concretas do mundo de hoje, à luz do Concílio Vaticano II, concluímos:

1.º) Vida espiritual

a) Dê-se mais importância aos valores humanos, base segura de uma espiritualidade sã. A cultura geral dos religiosos acompanha a cosmovisão dinâmica da nossa época e procure estabelecer o equilíbrio entre a vida re-

ligiosa e os valores cultivados pela sociedade atual (como desenvolvimento, promoção humana, democracia, liberdade, diálogo).

b) Revejam-se os exercícios de piedade para substituí-los, ou renová-los, na linha da renovação bíblico-litúrgica.

c) A formação religiosa respeite as individualidades, sobretudo o ritmo pessoal da vida de oração, e evite a saturação pela multiplicidade de exercícios. Tenham-se em consideração também as conclusões práticas de psicologia evolutiva, não abafando os jovens com estruturas da vida adulta.

d) Aproveitem-se sobretudo os retiros anuais, para profunda renovação do espírito do Vaticano II. Peçam-se subsídios e orientações do Departamento de Formação da CRB.

2.º) Castidade

A fim de que a castidade religiosa (*dom de Deus propter regnum colorum*), seja um sinal eloqüente, propomos:

a) Revisão na pedagogia da castidade, mediante:

- maior espontaneidade na vida dos seminários ou escolas apostólicas;
- maior presença da família e maior entrosamento com a sociedade na formação dos candidatos à vida religiosa.

b) Esforço crescente para uma presença de calor humano e de caridade nas casas religiosas.

c) Esmêro na seleção dos candidatos. Há os inadequados, por constituição ou por deficiente formação humana, com correspondente desequilíbrio afetivo. Daí a necessidade da colaboração de um médico e de um psicólogo.

d) Um retardamento na idade de admissão aos votos, a fim de que se atinja a necessária maturidade psicológica, condição de compromisso sério.

e) Uma posição tranqüila, corajosa e caridosa com relação aos nossos irmãos religiosos que estão desajustados na vida religiosa. Para isto, envidar esforços no sentido de ajudar os recuperáveis e possibilitar aos demais uma saída tranqüila, mediante um clima de caridade e auxílio concreto.

3.º) Pobreza

Há um conjunto de fatores que faz de nós muitas vezes um contra-sinal de pobreza. Diante desta situação que de fato muito nos angustia, propomos:

a) Formar as novas gerações em um clima de co-responsabilidade de empenho, mediante o trabalho, na própria sustentação, de tal maneira que participem desde cedo das preocupações pela vida e aprendam a confiar

na Providência Divina. Sejam formados não somente a receber, mas também a dar com generosidade.

b) Estudar meios concretos de colocar possíveis e relativos latifúndios a serviço da comunidade e, se possível, desfazer-se deles.

c) Recordar que o sinal mais evidente e eloqüente de pobreza, hoje não é a mendicância (o que repugna à mentalidade moderna), mas o trabalho contínuo. Trabalhar para poder viver, não viver de rendas acumuladas nem de esmolas.

d) Dar a nossas propriedades, ainda quando necessário para fins apostólicos, uma destinação cada vez mais comunitária. Refletir se as grandes obras (construções), em vez de se constituírem, de fato, em um instrumento de trabalho, não importam, na realidade, em um simples pactuar com a mentalidade capitalista.

e) Praticar com escrúpulos a doutrina social da Igreja no que concerne nossas relações com os empregados.

f) Repensar o problema da terminologia com relação à pobreza religiosa. O mundo entende a nossa linguagem quando falamos que somos pobres? Talvez não devamos nomear a realidade que até hoje chamamos "pobreza religiosa" com outro vocábulo?

g) Que haja membros das comunidades religiosas, mesmo daquelas que têm outras tarefas, presentes no mundo da pobreza real das favelas, bairros etc. Serão um testemunho de preocupação dos religiosos por eles e um elemento de conscientização da comunidade por este mundo do subdesenvolvimento e sua promoção.

4.º) Obediência

A doutrina e o clima criados pelo Concílio Vaticano II e pela ECCLESIAM SUAM dão-nos a consciência que na procura e na aceitação da vontade de Deus está empenhada a comunidade inteira e não apenas, de uma parte, os superiores a procurar, de outra, os súditos a aceitar. Diante disto, propomos :

a) Formar a nova geração religiosa na consciência desta grande verdade. Desde cedo chamar os jovens religiosos a pesquisar, com os superiores, a vontade de Deus que se manifesta pela Revelação, pelo magistério da Igreja, pelas constituições religiosas e espírito do Fundador, pelos sinais do Espírito Santo repartidos a cada um.

b) Adotar o diálogo como clima e instrumento de obediência adulta e digna.

c) Um trabalho, da parte da CRB, para ajudar os superiores a se renovarem nesta perspectiva conciliar.

5.º) Vida comum

Sendo a vida comum religiosa um sinal mais expressivo do povo santo de Deus reunido pela Palavra do Senhor, alimentado pelo seu Corpo, lutando solidário no amor e esperando atingir a meta final, propomos :

a) Que haja um esforço contínuo das comunidades religiosas, no sentido de alimentar a vida da comunidade pela Palavra de Deus ouvida em comum, e com a vida litúrgica intensa, sobretudo com a celebração fervorosa e comunitária da Eucaristia.

b) Que o trabalho de cada religioso seja expressão do empenho comunitário; e da vida comunitária receba apoio humano e sobrenatural.

c) As novas gerações sejam formadas na consciência de que a vida em comum é um valor inestimável.

d) Que nas casas religiosas, sobretudo nas de formação, não haja excesso de membros, nem distinção desnecessária nem a tão indesejada uniformidade externa entre os mesmos, a fim de que possa de fato haver clima de família.

6.º) *Hábito religioso*

Na PERFECTAE CARITATIS, n.º 17, o Concílio apresenta o hábito religioso como um *sinal de consagração*.

Esperando embora pelas orientações da comissão pós-conciliar sobre a aplicação do Decreto PERFECTAE CARITATIS, sentimos desde já a necessidade de tornar os hábitos existentes, simples, modestos etc. Pedimos por isso :

a) Que a CRB estimule, com sua autoridade, uma pronta reforma dos hábitos religiosos, de acordo com o Decreto PERFECTAE CARITATIS.

b) Que se proceda com caridade e magnanimidade em relação aos religiosos mais idosos, levando na devida consideração a sua repugnância em abandonar ou modificar seus hábitos.

3. Agentes de renovação

a) Serão ineficazes todos os esforços de renovação se não preceder uma renovação interior profunda em todos os religiosos, súditos e superiores.

b) Promovam-se cursos, encontros, para superiores provinciais e locais.

c) Os capítulos, quer gerais como provinciais, sejam precedidos por uma preparação adequada, através de consultas, inquéritos...

III — PARTICIPAÇÃO DOS RELIGIOSOS NA PASTORAL

1. O papel da CRB

a) A CRB, sem descuidar os Serviços, dará uma colaboração dinâmica à formação dos religiosos, à reflexão teológica sobre a consagração religiosa e à orientação concreta na faixa da renovação.

b) Para que a CRB possa com maior eficácia desempenhar sua missão, deseja-se que tenha maior influência na vida dos religiosos e nas suas relações com a CNBB.

c) Espera-se que a CRB dispense maiores cuidados às religiosas contemplativas e alargue a faixa de influência das congregações femininas dentro da CRB.

2. Vida religiosa e atividades apostólicas

a) A vida religiosa ativa seja impregnada do elemento apostólico e o apostolado religioso imbuído de vida religiosa, para que se constitua em um autêntico testemunho.

b) Não só deveremos cuidar da promoção dos leigos em geral, mas, de modo especial, dos irmãos leigos nas ordens e congregações clericais e das irmãs destinadas à economia doméstica.

c) Cuidar que os religiosos não sejam sufocados pela sobrecarga de trabalhos, mas também tenham o tempo para revitalizar suas energias espirituais e sentir o *quam jucundum* da vida comunitária.

d) Pede-se a coragem de sacrificar certas tradições obsoletas para adaptar os horários das comunidades às exigências da vida apostólica.

e) Insista-se com as comunidades para que estudem os planos pastorais para que possam inserir nêles suas atividades ministeriais.

3. Entrosamento entre os religiosos e a Hierarquia

Sobre este ponto tão importante para a Igreja, um grupo especializado da CNBB elaborará com alguns representantes da CRB normas mais exatas.

CRB-CE — I Assembléia dos Superiores Maiores do Nordeste I — Fortaleza, 11-12 de fevereiro de 1966 — Apresentamos os tópicos principais da Ata desta Assembléia. Reuniram-se, no Colégio Imaculada, 21 Superiores Maiores do Nordeste I. Representou a Diretoria da CRB-Nacional o Subsecretário-Executivo, Pe. Pascoal Filippelli, S.D.B., que explicou aos presentes o *Plano de Pastoral de Conjunto*. O Exmo. Sr. Dom José Milleville, também em nome de Dom José de Medeiros, Delegado, apresentou os parabéns à CRB e afirmou que esta e a CNBB são duas potências que não devem caminhar paralelas, mas juntas.

A nova Diretoria ficou assim constituída: Presidente: Provincial dos Padres Sacramentinos; Vice-Presidentes: Provincial dos Padres Lazaristas, Provincial dos Irmãos Maristas, Provincial das Missionárias de Jesus Crucificado; Conselheiros: Provincial dos Franciscanos, Provin-

cial da Soc. das Filhas de São Vicente de Paulo, Provincial das Filhas do Coração de Maria; Secretária-Executiva: Irmã Áurea Brito, Salesiana.

No dia 13, os religiosos de Fortaleza se reuniram para ouvir uma palestra do Pe. Filippelli sobre a *Formação, Renovação e Apostolado de Religiosos, dentro do Concílio Vaticano II*. Compareceram 250 religiosos de todas as congregações de Fortaleza.

CRB-GO — Constituída a Diretoria da Seção Regional da CRB com os seguintes membros: Presidente: Pe. Juvenal Roriz, C.S.S.R.; Vice-Presidente: Dom Mathias Schmitt, O.S.B.; Secretário: Frei Celso, O.F.M.; Tesoureiro: Pe. Venâncio, C.P.; Conselheiros: Pe. Lauro, Estigmatino e Frei Camile, O.F.M.At.; Conselheiras: Me. Gregória e Me. Elisabeth.

CRB-PR — Um Encontro de Sacerdotes, organizado pelo Secretariado Regional Sul II da CNBB e a CRB para estudo das resoluções do Concílio, foi realizado no mês de janeiro e dividido em três turnos a fim de facilitar a presença de maior número possível de sacerdotes diocesanos e religiosos de todo o Paraná.

Assim, pois, mais ou menos 50% de sacerdotes daquele Estado dedicaram-se, por vários dias, a tomar conhecimento das novas orientações pastorais do Concílio.

Em Curitiba, com a presença de mais de 160 sacerdotes, fizeram-se presentes as dioceses de Ponta Grossa, Palmas, Maringá, Exarcado Ucraino, Jacarèzinho, Toledo, Campo Mourão, Apucarana e Lajes (SC).

Os estudos foram dirigidos por Padre Raimundo de Barros da Equipe Nacional da CNBB e por Frei Agostinho Maria de Capinzal, O.F.M. Cap., Secretário da Seção Estadual CRB-PR, e contou com a colaboração do Pe. Olavo Coimbra, membro do Secretariado Nacional de Vocações.

Oportunamente serão publicadas as conclusões deste Encontro e os temas apostilados serão enviados aos participantes.

● Comunica a Seção Regional da CRB-Sul II que nas eleições ali efetuadas foi constituída a Diretoria que segue: Presidente: Pe. Tadeu Dziejczic, C.M.; Vice-Presidente: Ir. José Ruver, F.M.S.; Secretária: Me. Eduarde, F.D.P.; Tesoureira: Me. M. Leontina Fontmorin, Irs. de São José; Conselheiro: Pe. Frei Walter Kempf, O.F.M.; Conselheiras: Me. Prov. das Filhas da Caridade e Me. Prov. das Miss. Zeladoras do Sag. Cor. de Jesus.

CRB-PE — I Assembléia da Seção Regional da CRB do Recife de 7 a 11 de março de 1966, na Casa de Retiros São José de Beberibe, Olinda (PE), (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas) — O encontro dos Superiores e Superiores Maiores da Seção Regional da CRB do Recife desenvolveu-se em dois tempos. Os dias 7 até 9 foram dedicados ao estudo dos documentos do Concílio Ecumênico referentes aos religiosos. Nos dias 10 e 11 realizou-se a I Assembléia da

Seção Regional do Recife. O Encontro foi preparado por uma comissão especial.

Participaram do Encontro 29 Superiores Maiores. Representou a Diretoria da CRB-Nacional o Secretário-Executivo, Pe. Tiago G. Cloin, C.S.S.R.

O Exmo. Sr. Dom Basílio Penido, Abade do Mosteiro de Olinda, fez duas exposições sobre a teologia da vida religiosa segundo o Capítulo VI da *LUMEN GENTIUM*. Em seguida foram estudados os mais importantes aspectos da renovação de vida religiosa segundo o Decreto *PERFECTAE CARITATIS*, aos quais o Revmo. Pe. Tiago sucessivamente deu uma breve introdução. Depois de cada exposição, houve, em plenário, troca de idéias discussões e às vezes calorosos debates sobre a matéria apresentada. Foram aprofundados de modo particular os seguintes trechos do Decreto: a castidade perfeita, a pobreza, a obediência, a vida comum e o hábito religioso.

O Exmo. Sr. Arcebispo de Olinda-Recife, Dom Hélder Pessoa Câmara, honrou o Encontro com sua presença, participando no dia 9 dos estudos e debates sobre a pobreza e a vida comum, e almoçando depois, fraternalmente, conosco.

No dia 10 de março, discutido e aprovado o Regulamento da Seção Regional, procedeu-se à eleição da Diretoria da Regional. Foram eleitos: para Presidente, o Revmo. Pe. José Craveiro, Provincial dos Padres Jesuítas; para Vice-Presidentes: o Revmo. Irmão Salatiel Franciscano do Amaral, Provincial dos Irmãos Maristas do Recife, e a Revma. Madre Maria Tôrres, Provincial das Irmãs Dorotéias do Recife; e para Conselheiros: o Exmo. Dom Basílio Penido, Abade do Mosteiro Beneditino de Olinda e a Revma. Madre Gerhilde, Priora das Beneditinas Missionárias de Tutzing do Recife.

Após a tomada de posse da Diretoria, a Assembléia discutiu o problema de Serviços da Conferência, já em funcionamento no Recife, e a questão das atividades a serem desenvolvidas pela nova Regional, particularmente em vista do entrosamento com as atividades do Secretariado Regional da CNBB do Nordeste II. No dia 10, na parte da tarde, o Exmo. Sr. Dom José Lamartine Soares, Bispo-Auxiliar de Olinda-Recife, expôs aos Superiores Maiores a organização, as atividades e os projectos apostólicos da Regional da CNBB, e dialogou com os presentes, com grande franqueza de parte a parte, sobre o entrosamento do apostolado dos religiosos com a Pastoral de Conjunto da Hierarquia.

No dia 11, às 17,00 horas, a Assembléia encerrou-se com uma Santa Missa concelebrada.

CRB-RS — Nas eleições para dirigir a Seção Regional da CRB-Sul III foi eleita a seguinte Diretoria: Presidente: Pe. João Werner, C.S.S.R.; Vice-Presidente: Pe. Frei Celestino, O.F.M.Cap.; Secretária: Madre Marlene, Cor. de Maria; Tesoureiro: Ir. Francisco Alberto, Cong. dos Lassalistas; Conselheiras: Me. Tereza de Jesus, Cong.

São José, e Mc. Sabina, Cong. Div. Prov.; Conselheiro: Pe. Edvino Fridrichs, S.J.; Conselho Superior: Ir. Lino Haas, Ir. Maristas; Pe. Alfredo Bortolini, S.D.B., e Pe. Clemente Etgeton, Sag. Família; Secretário-Executivo: Pe. Frei Venâncio, O.F.M.Cap.

CLAR-Bogotá — Primeiro Congresso Latino-Americano de Vocações Sacerdotais e Religiosas. A iniciativa de se celebrar este Congresso foi do Clube Serra, em janeiro de 1965, em Chicago, durante a reunião do CICOP. No dia 5 de outubro do mesmo ano, foi aprovado pelo CELAM, reunido em Roma.

Objetivos do Congresso: a) Promover na América Latina uma Pastoral Vocacional de Conjunto com verdadeiro espírito eclesial segundo a orientação do Concílio Ecumênico Vaticano II. b) Estudar as bases — critérios, meios e métodos — para uma pastoral vocacional de *profundidade*, atualizada segundo a Constituição DE ECCLESIA, Cap. V, e demais decisões do Concílio Vaticano II e circunstâncias próprias da América Latina.

Tomarão parte no Congresso representantes das Sagradas Congregações de Seminários e Religiosos, das Pontifícias Obras de Vocações Sacerdotais e Religiosas, do CELAM, da CLAR, e Diretores Nacionais de Vocações.

O Congresso terá lugar em Lima, durante seis dias, no mês de novembro.

Maiores informações dirigir-se à CLAR, apart. 9528, Calle 38, n.º 13-47, Bogotá.

COMISSÃO MISTA LUSO-BRASILEIRA PARA A TRADUÇÃO DO MISSAL

Durante a última sessão do Concílio foi organizada em Roma, a pedido da Santa Sé, a Comissão mista luso-brasileira para a tradução do Missal. Propostos os nomes dos respectivos senhores bispos das duas nações, tiveram os mesmos a possibilidade de se reunirem por duas vezes e de tratarem dos meios necessários para se conseguir o fim desejado. Ficou deliberado que ambas as nações começariam pela versão dos Salmos e do Novo Testamento.

Notas Sobre o Nordeste Brasileiro

Padre Godofredo Deelen, SS.CC.

"Qual é na verdade a solidez, a consciência, a capacidade de resistência da vida católica? ... Que estatísticas se têm sobre a observância religiosa?" Assim falava Paulo VI ao Episcopado Latino-Americano no fim do ano passado (cf. REVISTA DA CRB, 1966, p. 58).

A juntar a outros artigos de informação e estatística já publicados por nossa REVISTA, transcrevemos aqui um trabalho da autoria do Padre Godofredo Deelen, SS.CC., extraído do Boletim Informativo do CERIS, n.º 4, às pp. 10-21, e que constituirá capítulo de uma obra a ser editada em futuro próximo. Visamos assim, de algum modo, preencher a lacuna apontada pelo Santo Padre. Porque, como ele, também nós estamos convencidos de que "na obra pastoral não se pode proceder cegamente... e deve-se evitar o comodismo e o perigo do empirismo" (ib., p. 70). Aproveitamos o ensejo para expressar nossa admiração e gratidão ao pessoal do CERIS, a quem foi entregue imensa tarefa no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB.

A REDAÇÃO

Area do Nordeste

A imensa área do Nordeste (NE) brasileiro, de 1 548 672 km ou 19% do território nacional, está agora dividida em três regionais (1). O NE I compreende os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, que ocupam 9% do território nacional. O NE II é constituído pelos Estados menores do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, que compreendem, juntos, 3% da área nacional. Os Estados mais no sul da região, Sergipe e Bahia, abrangem 7% do território brasileiro.

A região do Nordeste, grande como é, apesar da imensa área rural do interior, é bem povoada. Em 19% do território, moram 30% da população brasileira. O Brasil tem em média 10 habitantes por km², sendo que no Norte não chega a haver um habitante por km², e o mesmo se dá no regional do extremo oeste. A densidade populacional do Nordeste todo, em 1965, era aproximadamente de 16 pessoas por km². O regional

(1) — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para seu melhor funcionamento, dividiu a área do Brasil em 11 regionais, mais Brasília. O NE é composto de 3 regionais.

Leste I, excepcional por abranger também a Guanabara, tem 161 habitantes por km²; vem depois o regional Sul I, que compreende só o Estado de São Paulo, e tem 61 habitantes por km². Logo em seguida, vem o NE II, com 39 habitantes por km². Na região NE III, contam-se 12 e no NE I, 11 habitantes por km². Nessa área do Nordeste, há um espaço de 99 455 km², onde moram 1 855 829 pessoas que vivem sem nenhuma assistência religiosa. Notamos uma graduação descendo pelo sul. No NE I encontramos 482 742 pessoas que não gozam de assistência religiosa católica; no NE II, 669 900 pessoas e, na Bahia e Sergipe, 733 187 pessoas. Nota-se que nos municípios onde há paróquias, ou onde as paróquias estão vagas, raramente encontramos religiosas.

A área média por paróquia, no Brasil inteiro, inclusive os extremos do Amazonas, do centro oeste, da Guanabara e de São Paulo, é de 1 848 km². As paróquias no regional norte contam com 20 186 km² e, no extremo sul, com 17 606 km². Nessas áreas, a estrutura paroquial não existe, nem pode funcionar, por ser uma superfície enorme, com poucos habitantes. Encontramos aqui um caso, onde se nota que a instituição da Igreja universal, como a paróquia, tem mesmo limites naturais, ecológicos, que não se deixam ultrapassar.

No regional NE I, a área mais próxima do Norte, verificamos, por paróquia, uma média de 2 402 km²; no NE III, 1 745 km², que já é menos do que a média brasileira. No regional NE II, encontramos a menor superfície por paróquia, com apenas 603 km². Esse regional coloca-se com uma densidade de 39 habitantes por km², numa situação ecológica mais favorável para divisão paroquial. Uma situação mais ou menos igual à do Paraná e Santa Catarina.

Essas observações sobre a área do Nordeste brasileiro não determinam diretamente a Igreja nessa região. São fatos ecológicos que facilitam ou dificultam a comunicação da mensagem do Cristo e que exigem um certo modo de viver, de deslocar-se, de intensidade de trabalho do clero, e de institucionalização da pastoral. Se tirássemos da área nordestina as concentrações urbanas, ou somente as capitais dos Estados, o fator ecológico pesaria muito mais no trabalho de formação religiosa e de cura de almas.

A área apresenta-se com função de variável sociológica para a ação da Igreja. Essa variável direta ainda não causou novas fórmulas de instituições pastorais no nordeste; merece então mais atenção do que antes. Qualquer pessoa engajada na ação social ou pastoral não pode negar que o trabalho encontra certos limites espaciais e ecológicos, que agem justamente como variáveis sociais.

Religiosos

Ainda não é possível apresentar todos os dados estatísticos a respeito do clero e dos religiosos(as) dos regionais nordestinos. Faltam, por exemplo, dados recentes sobre o clero secular e o clero estrangeiro. Apesar disso, damos aqui a sugestão de que se estude o fenômeno que podemos chamar, na terminologia de Bultman, "Entmytologisierung der

Kirche im Nordosten Brasiliens", ou seja, estudar e separar, nessa área, tôdas as fôrças estrangeiras e do sul do país, tanto em relação a pessoas quanto a material, para ver o que há da própria área, como índice da vitalidade religiosa. Um estudo desse tipo, que pertence à competência do SCAI, revelará melhor a característica missionária dessa Igreja e dar-nos-á uma idéia da função ou disfunção da "ajuda" internacional da Igreja universal nessa área. Favoreceria também uma imagem mais clara das tarefas prioritárias dessa "ajuda", em vista do desenvolvimento sócio-religioso da área nordestina.

Apresentamos, no momento, só uns números gerais, que são calculados como média estatística e que não permitem conclusões específicas.

De 228 prelados no Brasil, encontramos, nos regionais do NE, 59 prelados ou 25% do total para 30% da população brasileira. Das eclesiásticas menores, as paróquias, encontramos na mesma área só 22% do total do Brasil, a saber, 1 028. Essa divisão de regiões territoriais não corresponde ao número de pessoas que devem assumir o funcionamento dessas divisões. Encontramos, na área, 25% das dioceses e 22% das paróquias: os religiosos constituem apenas 12%, e as religiosas 15%, na área nordestina. Ainda não sabemos quantos são os padres não nordestinos que trabalham nessa área, nem conhecemos os padres nordestinos que trabalham fora dessa área, mas, já podemos verificar que os religiosos não acompanham a divisão eclesiástica. Por isso, dá-se uma dicotomia entre o número dos padres e da população. A média de habitantes por paróquia é no Brasil, 17 658 (no Paraná, 8 000). Na região nordestina, constatamos o seguinte padrão:

QUADRO I — HABITANTE POR PARÓQUIA E POR SACERDOTE NO NE.

<i>Regionais</i>	<i>Hab. Par.</i>	<i>Hab. Sac.</i>
NE I	26 819	10 727
NE II	23 925	10 310
NE III	22 268	14 876
BRASIL	17 658	7 019

Fonte: CERIS.

Se todos os padres trabalhassem nas paróquias, o NE poderia contar com 5 padres para cada 2 paróquias; mas, o ensino e a administração de 30 sedes de governo, que encontramos no NE, absorvem um número bem grande de padres. Enquanto o Brasil conta com 12% dos católicos dessa situação precária, o NE, que conta com 30% da população brasileira, é servido só por 13% dos religiosos, que trabalham numa área bem maior do que no Leste ou no Sul do País.

De 104 congregações e ordens masculinas no Brasil, 47 congregações, ou 44% do total, entraram na área nordestina. 17 dessas congregações aceitaram um trabalho nessa área, mas, não têm aí a sua sede de governo; então, enviaram padres que pertencem às sedes de governo de outras partes do Brasil, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. De 204 províncias ou vice-províncias dos religiosos, encontramos, na área nordestina, só 16% do total. As casas que os religiosos mantêm lá são menos povoadas de padres do que no resto do País e mesmo as províncias estabelecidas no NE têm menos casas do que o geral. Encontramos, no NE 12% de religiosos com uma porcentagem igual de casas.

No quadro II, apresentamos alguns dados mais recentes sobre os religiosos no NE. O NE III (Bahia e Sergipe), com 9% da população brasileira, conta com 3% das casas de religiosos e 3% de padres religiosos do Brasil. No NE I e II, notamos a mesma divergência percentual. Não entramos aqui no porquê desse fenômeno, mas, gostaríamos de mencionar só um ponto para reflexão: os religiosos, que são 59% estrangeiros e vêm para cá, a fim de ajudar a Igreja no Brasil, estão fazendo esse trabalho, por enquanto, nas outras regiões do País, onde a própria Igreja já tem melhores recursos. Ocupados, como são geralmente os religiosos, em fundar a própria congregação ou província, com sede de governo, seminário e instituições próprias, preferem logicamente regiões onde isso seja mais fácil. De um lado, as condições de vida e de trabalho, tão precárias no NE, e, de outro lado, o espírito missionário não se fundiram muito bem.

QUADRO II — ORDENS E CONGREGAÇÕES MASCULINAS NO NE : 1964

	N.º de cong.	%	Sede de gov.	%	casas	%	Relig. sac.	%	Pop. %
NE I	15	14	9	5	80	4	325	4	10
NE II	15	14	12	6	105	5	398	5	11
NE III	17	16	9	5	57	3	252	3	9
Total	47	44	30	16	242	12	975	12	30
BRASIL	104	100	204	100	2 000	100	7 515	100	100

Fonte : CERIS.

Uma pergunta que vale a pena fazer, parece-me a seguinte: O próprio Nordeste fez bastantes esforços para criar um ambiente através do qual possa garantir um trabalho certo, integrado e proveitoso dos religiosos?

Os religiosos mantêm, no NE, 9 seminários maiores do total de 64 no Brasil. A tentativa de centralização dos seminários maiores é mais

avançada no clero secular, que mantém no Brasil 13 seminários maiores, dos quais, 4 no NE que correspondem perfeitamente à divisão eclesial e à população. Várias congregações não têm sede de governo nem seminários nesta área. A respeito do seminário menor, as diferenças são ainda maiores. Os religiosos têm 21 seminários menores em todo o NE, e os seculares 26, embora os religiosos tenham no País 139 seminários menores e o clero secular, 103. São várias as razões por que no NE há menos vocações e não é preciso analisá-las aqui. Pelo número de seminários menores, parece que o clero secular trabalha mais pelas vocações do que o clero religioso, na área do NE.

As congregações femininas, bem mais numerosas no Brasil, têm 5 384 irmãs professoras trabalhando no NE; isso é 15% do total de religiosas no Brasil. De 247 congregações femininas, das quais 53 são fundações brasileiras, 114 trabalham no NE, 36%. Encontramos só 18% das províncias, que mantêm 546 casas ou 16% do total das casas religiosas do Brasil. No caso das religiosas, a porcentagem de estrangeiras é bem pequena em relação aos padres. Apesar de 194 congregações femininas terem vindo do exterior, as estrangeiras formam uma minoria. Em 1960, 300 religiosas estrangeiras trabalharam em toda a região do NE, inclusive no atual regional NE III.

No quadro III, apresentamos dados recentes a respeito das religiosas no NE.

QUADRO III — CONGREGAÇÕES FEMININAS NO NE : 1964

	N.º de congr.	%	Sede de gov.	%	CRSBS	%	profas.	%
NE I	41	16	14	5	200	5	1 703	5
NE II	46	19	23	9	242	7	2 663	7
NE III	27	11	10	4	104	3	1 018	3
Total	114	46	47	18	546	16	5 384	15
BRASIL	247	100	266	100	3 526	100	37 747	100

A divisão das religiosas dentro do NE, ou mesmo sendo estudada globalmente, difere bastante segundo o regional, como indica o quadro Bahia e Sergipe, que abrangem 9% da população, têm só 3% das casas de religiosas e 3% das irmãs trabalhando no Brasil; uma porcentagem igual à de padres religiosos.

Encontramos poucas congregações masculinas que trabalham exclusivamente no NE. Há a Congregação da Sagrada Família de Nazaré, em Sergipe e Maranhão; a Sociedade de Divinas Vocações na Bahia, com

uma casa no Rio de Janeiro e a Congregação dos Clérigos Regulares da Imaculada Conceição, que só tem casa em Sergipe.

O caso das religiosas é bem diferente. Há 23 congregações femininas que trabalham só na área do Nordeste.

QUADRO IV — CONGREGAÇÕES QUE TRABALHAM EXCLUSIVAMENTE NO NE BRASILEIRO — (I, II, III) — 1964/65

Nome	n.º de membros	
	bras.	estr.
1. ASSUNÇÃO DE SANTA VIRGEM, Cong. das Irs. da ..	—	18
2. BENEDITINAS NA VIRGEM MARIA, Cong. das Irs. ..	30	—
3. ANCILAS DO MENINO JESUS, Cong. das	—	—
4. CARIDADE, Cong. das Irs. (Prov. de Quebec)	—	12
5. CARMELITAS, Cong. das Irs. Missionárias	68	—
6. ESPIRITO SANTO, Inst. Sec. das Missionárias do	13	—
7. FRANCISCANAS DA ADOR. PERPÉTUA, Cong. das Irs.	—	5
8. FRANCISCANAS DA B.V.M. DOS ANJOS, Cong. das Irs.	—	9
9. FRANCISCANAS IMACULATINAS, Cong. das Irmãs	20	9
10. FRANCISCANAS DE STO. ANTÔNIO, Cong. das Irs. ..	—	16
11. FRANCISCANAS DE MARISTELA, Cong. das Irmãs ..	41	38
12. FRANCISCANAS DO STO. CRUCIF. Cong. das Irs.	—	4
13. MARIA E JOSÉ, Cong. das Filhas de	—	4
14. NOSSA SENHORA, Missionárias Leigas de	—	4
15. NOSSA SENHORA DOS ANJOS, Cong. das Missionár. de	—	4
16. NOSSA SENHORA DO BOM CONS., Cong. das Irs.	140	—
17. N. S. DA CONOEIÇÃO DOS HUMILD., Cong. das Irs.	37	—
18. N. S. DE MISERICÓRDIA, Cong. Irs da Caridade de	—	8
19. PRECIOSÍSSIMO SANGUE, Cong. das Servas do	—	4
20. JOSEFINO, Instituto	180	—
21. NOTRE DAME DE NAMUR, Cong. das Irmãs de	—	5
22. SÃO JOSÉ (de Jacuto), Cong. das Irmãs de	6	7
23. VOLUNTARIAS DA CARIDADE, Instituto das	—	6

Fonte: CERIS.

No quadro IV, está indicado o total de membros das congregações brasileiras (544) e estrangeiras... (158). Ao todo, são 702 irmãs. 13% das religiosas, que trabalham no NE, pertencem às congregações que se dedicam exclusivamente à área nordestina. As que estão marcadas com letra B são de fundação brasileira, congregações cujos membros todos trabalham no NE, num total de 477 irmãs, isto é, 1,4% das irmãs brasileiras.

No quadro, observamos que 14 congregações vindas do estrangeiro e só com elementos estrangeiros, possuem, em geral, 4 ou 5 irmãs. São congregações recém-chegadas no Brasil, com a finalidade de ajudar o pessoal eclesiástico do NE. Aliás, nota-se no NE, mais que nas outras regiões, várias fundações novas de religiosas estrangeiras. Esse elemento marca a Igreja no NE como uma Igreja missionária em expansão.

L I V R O S

Da Herder Editôra, São Paulo

MICHELE FEDERICO SCIACCA —

O Problema da Educação (Na história do pensamento filosófico e pedagógico), I e II vols., trad. do original italiano por Antônio Pinto de Carvalho, 1966, 210x140 mm, com respect. 550 e 376 pp.

PAUL-EUGÈNE CHARBONNEAU, TH.

D. — *Noivado*, trad. de Maria Lúcia de Toledo Leite Moraes, 1965, 1 vol. br., 190x125 mm, 262 pp.

PAUL CHAUCHARD — *O homem em Teilhard de Chardin* (seus

aspectos complementares na fenomenologia científica e no pensamento cristão), 2.^a edição, trad. do francês, pelo Prof. João Euson, 1965, 1 vol. br., 190x125 mm, 212 pp.

J. LACROIX — *Posição do ateísmo contemporâneo*, trad. do francês por Cândido Lorini, 1965, 1 vol. br., 195x125 mm, 188 pp.

CATECISMO CATÓLICO JÚNIOR — tradução e adaptação das Monjas Beneditinas da Abadia Santa Maria, São Paulo, 3.^a edição

R E V I S T A S

Do Brasil

Sponsa Christi — fevereiro 1966, Petrópolis, RJ.

Vozes — Janeiro 1966, Petrópolis, RJ.

Do Exterior

Boletim do CIRM — set.-dezembro 1965, México (cap.).

Brotéria — fevereiro 1966, Lisboa.

Carmelus — vol. 12, fasc. 1, 1966, Roma.

CIDOC Informa — vol. III, n.º 3, 1966, Cuernavaca (México).

Comentarium Pro Religiosis — ano XLVI, vol. XLIV, fasc. III, Roma.

Concilium — novembro e dezembro 1965, Lisboa.

Itinerarium — out.-dezembro 1965, Braga (Portugal).

Nuevo Mundo — jan.-fevereiro 1966, Caracas.

Oriens — ag.-dezembro 1965, Caracas.

Prêtres diocésains — janeiro 1966, Paris.

Revue des Communautés Religieuses — nov.-dezembro 1965, Bruges (Bélgica).

Seminários — jan.-abril 1966, Salamanca (Espanha).

Vida Religiosa — jan.-fevereiro 1966, Madrid.